

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**WELLINGTON MARQUES DA SILVEIRA**

**TRAJETOS DE SENTIDO E VERSÕES SOBRE ALEXANDER SOLON DAVERON  
EM CÁCERES-MT**

**CÁCERES-MT**

**2019**

**WELLINGTON MARQUES DA SILVEIRA**

**TRAJETOS DE SENTIDO E VERSÕES SOBRE ALEXANDER SOLON DAVERON  
EM CÁCERES-MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Professora Dra. Olimpia Maluf Souza.

**CÁCERES-MT**

**2019**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

|       |   |
|-------|---|
| S587t | <p>SILVEIRA, Wellington Marques da Silveira .<br/>Trajetos de Sentido e Versões Sobre Alexander Solon Daveron em Cáceres-MT / Wellington Marques da Silveira Silveira – Cáceres, 2019.<br/>83 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso<br/>(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.<br/>Orientador: Olimpia Maluf Souza<br/>Coorientador: Águeda Aparecida da Cruz Borges</p> <p>1. Língua(Gem) e Cidade. 2. Alexander Solon Daveron. 3. Arquivo e Versões. 4. Análise de Discurso. 5. Expedições Científicas. I. Wellington Marques da Silveira Silveira. II. Trajetos de Sentido e Versões Sobre Alexander Solon Daveron em Cáceres-MT: .</p> <p>CDU 81'4</p> |
|-------|---|

**WELLINGTON MARQUES DA SILVEIRA**

**TRAJETOS DE SENTIDO E VERSÕES SOBRE ALEXANDER SOLON DAVERON  
EM CÁCERES-MT**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Olimpia Maluf Souza  
Orientador(a) – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin  
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer  
Avaliador(a) Externo(a) – LABEURB/NUDECRI/UNICAMP

---

Profa. Dra. Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Mota  
Suplente – PPGL/UNEMAT

**APROVADA EM: 13/06/2019**

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Dagmar, e ao meu pai, José Nicéias, pelo amor dedicado a mim, pelos conselhos, pelo carinho, pelo apoio e por não me deixarem desistir, ainda que a caminhada se apresentasse, por vezes, tortuosa e longa.

Aos meus irmãos e familiares, em especial à minha irmã, Tatiana, que, durante essa trajetória, sempre se fez presente na ausência.

À minha orientadora, profa. Olimpia Maluf, pela primorosa e atenciosa orientação nos percursos de leitura dos textos teóricos e dos da vida. Pelo apoio, amizade, compreensão, carinho e acolhida, sempre.

À profa. Claudia Pfeiffer, pela leitura atenciosa do meu texto, pelas considerações primorosas e precisas e pelos conselhos fundamentais sobre o trabalho com a História das Ideias Linguísticas.

À profa. Joelma Aparecida, pela leitura delicada e por contribuir grandiosamente com as reflexões sobre a constituição da língua e do sujeito nacionais.

À profa. Águeda Borges, pela coorientação atenciosa e pela indicação de caminhos de análise que enriqueceram e alargaram as reflexões do trabalho.

A todos os meus amigos(as), em particular Ana Cláudia, Elda, Gabriela, Lucineia, Manuely, Rosiane, Sergilaine e Simone, pela caminhada conjunta, pela parceria teórica e pela possibilidade de fortalecer nossa amizade durante o Mestrado.

A Bruna e a Carina, por não deixarem afrouxar os laços de nossa amizade. Pelos bons momentos, pelos risos e pelas experiências partilhadas.

À CAPES, pelo apoio financeiro inicial, através da concessão da bolsa.

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), da UNEMAT, que possibilitou a realização de um sonho.

## EPÍGRAFE

*Eu ando pelo mundo prestando atenção em  
cores que eu não sei o nome [...] eu vejo tudo  
enquadrado / remoto controle*

(CALCANHOTTO, 1992)

## RESUMO

Esta pesquisa se insere na perspectiva dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto *História das Ideias Linguísticas*, em articulação com a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux, e trabalha a relação *língua(gem)/sujeito/cidade* pela análise da inscrição do médico-patologista e americano Alexander Solon Daveron (1899-1987) nos espaços de dizer do/sobre o sujeito morador da cidade de Cáceres, em Mato Grosso. Daveron foi um cientista que integrou a *Matto Grosso Expedition* (1930), no século XX, por meio da qual veio ao Brasil e residiu em Cáceres-MT, onde desenvolveu pesquisas de cunho exploratório e documental da fauna brasileira, com ênfase em tratamento de doenças transmitidas por animais silvestres. O médico produziu um acervo de documentos administrativos – recibos, ofícios e correspondências ligadas à Expedição – bem como cartas pessoais e cartões postais, que, atualmente, encontram-se disponíveis para a consulta no Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral (NUDHEO), vinculado ao Departamento de História da UNEMAT. O contato com estes textos permitiu-nos compreender que a estada de Daveron, em Cáceres-MT, ligou-se não só a atividades profissionais, por meio das pesquisas com os animais, mas também comerciais, pessoais e de interesse particular. Diante dos efeitos da presença de Daveron em Cáceres-MT, propomos, com esta dissertação, examinar alguns materiais de linguagem produzidos sobre Daveron de modo a compreender como funcionam as versões contadas sobre esse pesquisador, por meio de seu fazer com a cidade e seus habitantes. Assim, para a construção do *corpus* da presente pesquisa, reunimos materialidades de distintas naturezas: recortes do curta-metragem “Daveron, prazer em revê-lo”, produzido no segundo Festival de Cinema de Cáceres, “Olhares do Pantanal”, por moradores da própria cidade; notícias veiculadas pela mídia local, em jornais digitais, e descrições feitas por moradores, em *blogs* que tratam de assuntos regionais, sobre a presença de Daveron na cidade. Para compreender de que maneira Daveron é construído nas versões dos habitantes locais, foi necessário traçar um percurso de leitura que recuasse às primeiras práticas de colonização/exploração, em um recorte teórico-metodológico que foi desde a produção-circulação do discurso da colonização/descobrimento até a construção do dizer naturalista/científico/exploratório.

**Palavras-chave:** Língua(gem) e Cidade; Alexander Solon Daveron; Arquivo e Versões; Expedições Científico-Exploratórias.

## ABSTRACT

This research is part of the work developed by the Project History of Linguistic Ideas, in articulation with the Discourse Analysis, proposed by Michel Pêcheux, and works the relation language /subject /city by the analysis of the inscription of the pathologist and American Alexander Solon Daveron (1899-1987) in the spaces to say of / about the resident subject of the city of Cáceres, in Mato Grosso. Daveron was a scientist who was part of Matto Grosso Expedition (1930), in the twentieth century, through which he came to Brazil and lived in Cáceres-MT, where he developed exploratory and documentary researches of Brazilian fauna, with emphasis on the treatment of diseases transmitted by wild animals. The doctor produced a collection of administrative documents - receipts, crafts and correspondence related to the Expedition - as well as personal letters and postcards, which are currently available for consultation at the Nucleus of Documentation of Written and Oral History (NUDHEO), linked to the Department of History of UNEMAT. The contact with these texts allowed us to understand that Daveron's stay in Cáceres-MT was linked not only to professional activities, but also to commercial, personal and private investigations. In view of the effects of Daveron's presence in Cáceres-MT, we propose, with this dissertation, to examine some language materials produced by Daveron in order to understand how the versions counted on this character work, by means of his doing with the city and its inhabitants, as well as for the reading that Daveron himself elaborates on some personal descriptions. Thus, the corpus of the present research gathered materialities of different natures: clippings of the short film "Daveron, pleasure in reviewing it", produced in the second Cáceres Film Festival, "Olhares do Pantanal", by residents of the city itself; local newspaper reports in digital newspapers, and descriptions by residents on blogs dealing with regional issues about Daveron's presence in the city; and, finally, personal letters and scientific reports written by the doctor during his research in Cáceres. In order to understand how Daveron is constructed in the versions of the local inhabitants while it is said in personal descriptions, it was necessary to draw a reading course that would retreat to the first practices of colonization / exploration, in a theoretical and methodological the production-circulation of the discourse of colonization / discovery until the construction of the naturalistic / scientific / exploratory saying.

**Keywords:** Language and City; Alexander Solon Daveron; Files and Versions; Scientific and Exploratory Expeditions.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | 10 |
| <b>CAPÍTULO I</b> .....  | 16 |
| LEITURAS DE VIAJANTES, MISSIONÁRIOS E CIENTISTAS: (CON)TEXTOS QUE (RE)CRIAM BRASIS ..... | 16 |
| 1.0 A imagem do indígena e os/nos primeiros relatos: efeitos de um apagamento ....       | 18 |
| 1.2 Instalação, ocupação e cartografia: literaturas de (in)formação no/do Brasil.....    | 35 |
| <b>CAPÍTULO II</b> .....   | 42 |
| EXPEDIÇÕES NATURALISTAS E CIENTÍFICO-DOCUMENTAIS DOS/NOS SÉCULOS XVIII E XIX.....        | 42 |
| 2.1 Ciência e viagem no/ao Brasil: expedições dos séculos XIX e XX .....                 | 44 |
| <b>CAPÍTULO III</b> .....  | 56 |
| A RELAÇÃO SUJEITO/LÍNGUA/CIDADE NAS VERSÕES DOS/SOBRE OS “DAVERONS” .....                | 56 |
| 3.1 O dizer oficializado sobre Daveron e o arquivo: memória de colonização .....         | 57 |
| 3.2 Boatos e silêncios: as versões dos moradores locais .....                            | 67 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 77 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 80 |

## APRESENTAÇÃO

As cores, as construções, os espaços e contornos da cidade narram o (des)ordenado e o (in)completo tanto do lugar quanto dos que o habitam, em seus modos de (r)existir na/à cidade, pois, como afirma Orlandi (2004, p. 11), “o corpo do sujeito e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade”. Retomando a epígrafe inicial deste trabalho, questionamos, assim, não o aparente enquadrado/organizado do espaço em que transitam/permanecem/subjetivam-se sujeitos, pois este joga com a evidência e a naturalização do sentido, mas justamente com o oposto, o desenquadrado e o desorganizado, que possibilitam modos de identificação distintos para os sujeitos, que tampouco são completos, mas cortados por versões.

A discussão<sup>1</sup> que propomos a respeito da constituição do sujeito e da língua nacionais, na relação com o cidadão, recorta a cidade de Cáceres<sup>2</sup>, em Mato Grosso, como cenário de produção, de consolidação e de circulação de saberes, de formações imaginárias e gestos de leitura produzidos por estrangeiros, em missões científicas no Brasil. Situamo-nos em Pêcheux (1997, p. 82), quando nos referimos a formações imaginárias, retomando do autor a afirmação de que estas “[...] designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Ao longo deste trabalho, atribuímos esse dinâmica à relação colonizador/colonizado, estrangeiro/local, que se instituiu ao longo dos exercícios de controle e colonização.

Concordamos que o sujeito e a língua nacionais foram (re)organizados *sobre* o discurso do outro, que conduziu espaços de interpretação favoráveis aos interesses dos governantes da *terra brasilis*, apagando línguas e instalando políticas de silenciamento que visavam desfazer o contato e a especificidade de cada língua encontrada. Se o processo colonizador partiu de uma política linguística, compreendemos, pois, que a língua é a instituição maior que rege e media todas as práticas – religiosas, jurídico-

---

<sup>1</sup> Esse percurso teórico se iniciou com o subprojeto de pesquisa *Viagens, Narrativas e Memórias: sentidos e sujeitos em trânsito na tessitura urbana de Cáceres-MT* (PIBIC/CNPq/2014), na modalidade Iniciação Científica.

<sup>2</sup> A cidade de Cáceres é um município localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso e foi fundado no dia 6 de outubro de 1778, pelo tenente Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, por ordens do governador português e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com o propósito de defender e ocupar a fronteira contra invasões espanholas. As missões estrangeiras, fossem elas administradoras/colonizadoras ou científicas/artísticas, sempre evidenciaram grande interesse pela cidade, que, cortada pelo rio Paraguai, representou tanto interesses de investimento financeiro, pela possibilidade da facilidade do escoamento do comércio, quanto em relação à diversidade da fauna e da flora locais, por reservar grande quantidade de animais e plantas silvestres e nativas.

administrativas e documentais –, circunscritas em formas textuais, escritas e/ou orais, de relatos, tratados, crônicas de viagem e cartas.

Desse modo, tomamos a colonização portuguesa no Brasil como o primeiro acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1994), em que uma memória se consolidou a partir do encontro com uma realidade, isto é, um momento político-histórico no qual foram produzidos os primeiros discursos *sobre* o espaço e os sujeitos nacionais, e cuja conjuntura impeliu a produção – no âmbito das fontes documentais – de relatos, documentos e descrições tanto das paisagens naturais quanto dos primeiros contatos dos governantes/viajantes/cientistas estrangeiros com os habitantes do Brasil colônia.

O trabalho com o arquivo das/sobre as viagens de investigação e cartografia do Brasil se ancora, nesta pesquisa, ao campo teórico da História das Ideias Linguísticas (HIL), tendo como referência os trabalhos que Nunes (1992), Mariani (2004), Castrillon-Mendes (2000) e Orlandi (2008) desenvolveram sobre o discurso da colonização, a partir da análise de descrições e cartas, de missionários e viajantes, e de relatórios e obras de cientistas e artistas, produzidas durante a passagem destes pelo Brasil. Os pontos de ancoragem teórico-analíticos fornecidos pelos autores auxiliaram-nos na compreensão do processo de formação do sujeito/da língua nacional pela presença do colonizador territorial/científico, propondo, nesse espaço de reflexão, uma interlocução com a Análise de Discurso, da forma como foi fundamentada por Michel Pêcheux: remetendo o funcionamento discursivo às condições políticas e históricas de sua produção-circulação.

Orlandi (2001, p.09), ao tratar do projeto – HIL – nos fala que esse campo de conhecimento busca compreender “[...] a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e da sua relação com a história de um povo que a fala”. Dessa forma, trata-se de uma área de investigação teórica que objetiva traçar o percurso de instituição dos instrumentos linguísticos (os dicionários, as gramáticas etc.) – e aí incluímos as narrativas e cartas de estrangeiros durante a colonização portuguesa no Brasil – e seus desdobramentos acerca da constituição da língua e do sujeito nacional.

A criação do projeto da HIL no Brasil iniciou-se na década de 80 e tinha por objetivo inicial compreender o discurso, a significação e a brasilidade, a partir de pesquisas empreendidas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a coordenação da Profa. Eni P. Orlandi. Estas pesquisas propunham reflexões acerca da construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional; em seguida, foram realizados alguns trabalhos que abordavam questões de ética, de políticas linguísticas, de ensino, bem como sobre a constituição dos grandes colégios do Brasil.

Nessa direção, Orlandi (2001, p.09) afirma ainda que o objetivo da HIL foi/é o de

[...] estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa. Visamos conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Não menos importante nessa perspectiva, é pensar a relação Língua/Estado/Nação e o cidadão que essa relação constitui.

Em um primeiro momento, o conjunto de reflexões resultadas do projeto da HIL culminou na publicação do livro *Histórias das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, organizado por Orlandi e Guimarães. Nessa compilação de artigos, os autores fazem uma discussão sobre os momentos cruciais para a instituição e o desenvolvimento da língua nacional.

Assim, o primeiro momento compreende do limiar da colonização até a expulsão dos Holandeses, em 1654. A Língua Portuguesa, durante esse período, é uma propriedade do Estado, estando restrita a um pequeno número de pessoas geralmente proprietárias de terras, como os senhores de Engenho, por exemplo. Era ensinada em colégios católicos e predominava os documentos oficiais da coroa portuguesa. As línguas indígenas, por sua vez, ganham uma concepção de “Língua Geral”, haja vista que era falada pela maior parte da população da época.

O segundo momento perdurou de 1654 a 1808, mais especificadamente após a tomada do território pelos portugueses a propósito da expulsão dos holandeses. Disso resultou uma crescente vinda de portugueses para o Brasil, contribuindo para a espacialização de falantes da língua, que, aos poucos, foi sendo incorporada pela população local. A vinda de negros para o Brasil, em decorrência da escravidão, também contribuiu para a miscigenação de línguas – portuguesa, africana e indígena –, o que implicou no apagamento de línguas originais e na delimitação de espaços regionais que dividem linguisticamente o Brasil.

O terceiro momento se dá com a estada da família real no Brasil, cujo período compreende de 1808 a 1826. Assim, temos a língua do colonizador ganhando dimensão nacional, legitimada pelo gesto de instalação da corte em terras brasileiras.

O quarto e o último período – que perdura até os dias atuais – iniciou em 1826, quatro anos após o *acontecimento*<sup>3</sup> da Independência do Brasil, em 1822. Nesse período,

---

<sup>3</sup> Segundo Mariani (1996, p. 137), o *acontecimento* é “[...] a produção histórico-social de um enunciado [fato histórico] (ou expressão, ou palavra, anônimas ou não), permitindo estabilizar uma significação coletiva e capaz de atuar no presente de sua formulação ao mesmo tempo em que reorganiza um domínio de memória do que já passou e projeta o que poderá vir”. Assim, a noção de *acontecimento* tem relação com a de *discurso fundador*, uma vez que é pelo acontecimento de linguagem (aqui estamos tomando a

temos instituída uma *linguagem brasileira*, que passou a constituir os documentos oficiais, os diplomas, as gramáticas, os dicionários etc. Dessa maneira, vemos um *discurso fundador* inaugurar as condições para a criação de seus próprios instrumentos linguísticos, assim, “[...] a gramatização desde então é apresentada como um novo elemento constitutivo deste outro no espaço de produção linguística” (GUIMARÃES e ORLANDI, 1997 *apud* ORLANDI, 2001, p. 24).

Sob essa perspectiva, compreendemos a relevância das contribuições da HIL para o nosso objeto de observação – o olhar do estrangeiro sobre o Brasil –, uma vez que nos auxilia compreendê-lo enquanto um olhar do outro, que reverbera sentidos e que marca uma determinada forma-sujeito diante da relação nativo/estrangeiro, colonizado/colonizador.

Em específico, o espaço eleito para dar visibilidade a essa discussão teórica é circunscrito à cidade de Cáceres-MT, com o recorte temporal dos séculos XIX e XX, na qual o médico Alexander Solon Daveron (1899-1987) permaneceu e produziu, a partir de pesquisas com parte da fauna local, um trabalho de documentação, contestação e investigação sobre doenças transmitidas por animais regionais.

Daveron, médico e especialista em patologia, nasceu em Oakland, nos EUA, e veio ao Brasil a serviço da *Matto Grosso Expedition* (1930) com o objetivo de desenvolver pesquisas de natureza experimental, exploratória e documental, de interesse do governo americano, sobre o tratamento de doenças transmitidas por animais silvestres, dentre as quais, ganharam destaque a *leishmaniose* e as que eram transmitidas por morcegos.

O percurso científico de Daveron, no entanto, não se restringiu a Cáceres-MT, pois o estado-unidense realizou, também, diversas viagens ao Rio de Janeiro, estado em que, à época, era conhecido como o porto científico do Brasil, pois concentrava as primeiras pesquisas sobre doenças transmitidas por animais, realizadas por médicos como Osvaldo Cruz e Carlos Chagas. Nessa perspectiva, Daveron compilou diversos ofícios, relatórios, correspondências, recibos de serviços contratados e cartas pessoais que, juntos, formam um acervo administrativo/pessoal, o “Acervo Daveron”, disponível para a consulta no Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral (NUDHEO), vinculado ao Departamento de História, da UNEMAT.

Embora reconheça-se a importância das pesquisas de Daveron para compreender a relação de Cáceres-MT com a produção científico-estrangeira no/do século XX, a

---

Independência do Brasil) que outros discursos são colocados em circulação, passando a compor parte da memória discursiva de uma nação.

imagem do norte-americano ainda se revela, para a população local, como misteriosa, pois não foram desenvolvidas pesquisas linguísticas que elaborassem uma versão em língua portuguesa dos escritos de Daveron, sendo, portanto, ainda pouco explorados por trabalhos científicos da área. Dessa forma, considerou-se, durante muito tempo, as pesquisas historiográficas, cronológicas e biográficas de Daveron, desenvolvidas, na maioria das vezes, por historiadores vinculados ao NUDHEO, como autorizadas a fazer circular uma versão oficial da relação de Daveron com Cáceres-MT.

A própria versão oficializada pelo governo da cidade apresenta, enquanto linguagem, uma abertura do texto oficial a gestos de interpretação, permitindo que a população cacerense, por vezes, não se constitua nesse espaço do dizer oficializado sobre Daveron, posto formularem versões que aliam a imagem do norte-americano ao enigmático, ao fantasmagórico, ao místico e, até mesmo, ao heroico.

Nosso propósito, nesta dissertação, foi o de fazer um levantamento do acervo constituído por Daveron, propondo, sobre alguns destes materiais, uma leitura discursiva de modo a compreender como este sujeito se significou/significa, pelas condições imediatas e históricas de produção destes textos, sua permanência na cidade.

Trazemos, ainda, como parte do *corpus* de análise, Sequências Discursivas (SDs) do curta-metragem “Daveron: prazer em revê-lo”<sup>4</sup>, fragmentos da versão legitimada como a oficial e recortes de depoimentos retirados da mídia local, com descrições e impressões de moradores locais sobre as atividades desenvolvidas pelo médico, pondo em visibilidade o modo como diferentes versões sobre a imagem de Daveron configuraram, nos espaços de dizer do/sobre o sujeito morador da cidade, versões, lendas urbanas<sup>5</sup> e efeitos de sentido diferentes.

Para compreendermos o funcionamento das versões que construíram imagens de Daveron, tanto por meio de seus próprios escritos quanto a partir da leitura que o morador local elaborou na forma de lendas urbanas, dividimos esta pesquisa, estruturalmente, em três capítulos.

No primeiro capítulo, traçamos um percurso de leitura que reflete sobre as primeiras práticas de exploração, a fim de refazer o trajeto de constituição do discurso

---

<sup>4</sup> Curta-metragem produzido por moradores locais de Cáceres-MT para o segundo Festival de Cinema de Cáceres, “Olhares do Pantanal”. Os filmes reunidos no Festival retratam os modos de viver e a cultura cacerense, a relação dos habitantes com a cidade e as lendas urbanas mais conhecidas. As sessões dos filmes foram gratuitamente exibidas para a população.

<sup>5</sup> Compreendemos lendas urbanas como a produção-circulação de mitos e histórias fantásticas cujo percurso de espacialização se dá no boca-a-boca, por versões que “correm” entre/por sujeitos impulsionadas por polêmicas que colocam em questão a veracidade de determinado fato.

instituído pela colonização portuguesa no/do Brasil. O objetivo foi o de dar visibilidade à forma pela qual a *colonização*, inicialmente, esteve ligada aos sentidos de conquista de territórios, de incursão à fé cristã e de políticas de silenciamento de povos e, conseqüentemente, de línguas indígenas, sobretudo pelo trabalho de catequização.

Avançando na discussão sobre os sentidos de *colonização*, no segundo capítulo, mostramos como o processo colonizador se desdobrou sobre os sentidos de *ciência e arte* pela imposição de modos europeus do fazer científico e artístico, no Brasil. Assim, compreendemos que o termo *colonização* não se restringiu à conquista/expansão territorial e à exploração de mão de obra pela incursão à fé, efetivadas pela presença de Portugal na colônia, mas também pelo assujeitamento artístico e científico aos quais os habitantes e os espaços naturais do então império estiveram sujeitos.

Ainda, nesta segunda parte, produzimos um recorte metodológico que nos possibilitou interrogar o processo de formação do dizer naturalista, suas configurações e formas de determinação de sentidos nos textos de expedições científico-exploratórias. Trouxemos ainda algumas importantes expedições naturalistas e alguns nomes de viajantes e artistas que desempenharam missões artístico-científicas no Brasil dos séculos XIX e XX.

No terceiro capítulo, apresentamos, mais precisamente, o conjunto de textos que compõem o *corpus* principal de análise, que nos permitiram colocar em visibilidade, como, ao formular, o sujeito se diz e se deixa entrever pela formulação produzida na combinação de significantes disponibilizados no arquivo da língua. Ou seja, o sujeito é pego na/pela interpretação, compreendida como gesto, determinado, por sua vez, pelas condições materiais de circulação dessa língua.

## CAPÍTULO I

### LEITURAS DE VIAJANTES, MISSIONÁRIOS E CIENTISTAS: (CON)TEXTOS QUE (RE)CRIAM BRASIS

*Um índio descerá de uma estrela colorida e  
brilhante/ De uma estrela que virá numa  
velocidade estonteante / E pousará no coração do  
hemisfério sul, na América, num claro instante  
[...] / Virá, impávido que nem Muhammed Ali,  
virá que eu vi/ Apaixonadamente como Peri, virá  
que eu vi / Tranqüilo e infalível como Bruce Lee, virá que eu  
vi / O axé do afoxé, filhos de Ghandi, virá<sup>6</sup>.*

(Caetano Veloso)

Propomos, neste capítulo, a construção de uma leitura histórico-analítica-discursiva de alguns acontecimentos e documentos que marcaram – ao mesmo tempo em que, também, se constituíram como condições de produção – os olhares fundadores e estrangeiros sobre o Brasil, no processo de colonização/instalação do/no território.

Buscamos, por esse viés, fazer recortes de formulações e de (con)textos que dizem a/da história do Brasil, inscrita em relatos/diários de viajantes e missionários, sem, no entanto, ocupar-nos em situá-los somente como documentos da/na história, mas também, e sobretudo, compreender como estes se textualizam na/pela língua, constituindo-se como discursos para o espaço e para os sujeitos brasileiros, questionando, assim, as maneiras de ler para além dos sentidos evidentes, naturalizados.

Dessa maneira, refazer alguns trajetos dos sentidos que acompanharam o processo de colonização, especialmente pela presença de Portugal, nos auxiliará a definir a ótica pela qual os relatos de viagem inventar(iar)am a história do Brasil a partir das suas (deles) letras, por meio de um complexo processo de apropriação. É, pois, pela possibilidade de reconstituir o discurso, que questionamos a leitura comumente feita da história, visto ser possível, assim, compreender os modos (outros) de circulação dos sentidos – sobre a relação histórica entre Portugal e Brasil – no momento mesmo em que estes se marcam/se apresentam como evidentes e transparentes.

Concordamos com Orlandi (2013, p. 28) que, nessa direção, afirma que a tomada discursiva da história não considera “[...] separação e hierarquia entre sujeito-objeto, dado-constructo, interior-exterior, abstrato-concreto, e na qual a história não é evolução

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/caetano-veloso/44788/>. Acesso em 03 out. 2018.

e continuidade, mas deslocamento e funcionamento”. Assim, observar os processos históricos, discursivamente, é compreender a inscrição da relação sujeito/linguagem na história, observando os modos como a língua foi articulando estes movimentos históricos nos relatos, nos documentos e nos diários de viagem que historicizaram os gestos colonizadores.

Dessa forma, partindo de uma reflexão discursiva sobre a noção de leitura e escrita, interessa-nos também compreender os delineamentos das especificidades que conformam cada conjunto de textos elaborados por viajantes, propondo-nos à compreensão de como a escrita da/sobre a viagem constituiu-se como uma leitura (de um espaço, de um povo, de uma paisagem), no lugar mesmo em que se é possível observar processos de constituição de uma autoria, pela apropriação do texto escrito sob a configuração de um relato.

São estes processos, de legitimação/autorização do que se observa/ouve, que tornam os viajantes sujeitos-leitores diferentes, dadas as injunções histórico-políticas que marcaram a relação do escritor com a língua, com as condições históricas de produção dos relatos – as quais estão ligadas aos propósitos de cada viagem/expedição – e com as políticas de escrita que autorizam certas maneiras de descrever/cartografar o outro.

É, portanto, pelo próprio da língua, a ruptura, o desdobramento e as diferentes formas de arranjo sintático, efeitos possíveis que se apresentam na/pela relação discursiva entre *sujeito, língua e interpretação*, produzidos na aparente homogeneidade do intradiscurso, ou seja, no eixo da formulação/do dizer, que pretendemos mostrar os modos como o sujeito e os sentidos irrompem, inscritos em discursividades específicas, e deixam entrever como linguagem e história se articulam nos textos desses escritores-viajantes, instalando dizeres que se colocam como *acontecimentos discursivos*, ou seja, o cruzamento de uma memória e de sua atualização.

No processo de formação da nação-Brasil, observamos que a colonização portuguesa foi/é significada por um discurso *sobre* o Brasil e não *do* Brasil. Este fato se deveu ao curso histórico-político desenvolvido pela relação Portugal/Brasil, em que, ao primeiro, couberam olhares sistematizados, científicos, sobretudo religiosos, que subsumiram e desautorizaram certos sentidos, ligados aos povos nativos, a significar. Foi, então, do lugar do subjugo e da desautorização, que os sentidos *dos* primeiros povos foram constituídos e assegurados a não coparticiparem de dizer a/da história, da qual igualmente fizeram parte.

É, portanto, nessa direção que o discurso *sobre* nasce justamente pelo/no apagamento do outro: o silenciamento do não poder (re)contar sobre o processo de

formação do país, atribuído aos povos nativos originários/indígenas, cede seu espaço para que outros sentidos signifiquem em seu lugar e sobre si.

Reiteramos, neste ponto, o que Orlandi (2008, p. 58) formulou sobre esta forma de discurso:

O discurso *sobre* o Brasil ou determina o lugar de que devem falar os brasileiros ou não lhes dá voz, sejam eles os nativos brasileiros (os índios), sejam os que vão se formando ao longo de nossa história. O brasileiro não fala, é falado. E tanto há um silêncio sobre ele, como ele mesmo significa silenciosamente, sem que os sentidos produzidos por essas formas de silêncio sejam menos determinantes do que as falas “positivas” que se fazem ouvir categoricamente.

O que coloca a autora nos permite afirmar que estes sentidos, sustentados pelo lugar de não pertencimento, são reverberados, atualmente, em algumas relações e práticas sociais, especialmente pela maneira com que a história está presente na escrita/oralidade, por meio da repetição/atualização de formulações e de políticas do dizer/fazer para o sujeito-brasileiro/colonizado.

O processo que configurou, historicamente, autorizações e lugares de dizer/fazer/escrever a história de um país, constituiu-se em memória – um saber discursivo, que, afinal, “[...] torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2007, p. 31). Recuar, portanto, à história de constituição do Brasil, à esteira de uma teoria linguística, torna-se uma tarefa tanto documental quanto linguístico-política, pois não se trata apenas de retomar, cronologicamente, os gestos fundadores do processo colonizador, mas de (re)construir trajetórias de modo a colocar em questão os efeitos do discurso da colonização, por meio de suas condições político-históricas, e, sobretudo, linguísticas, de surgimento.

Começemos, então, pela interrogação dos sentidos que inscreveram os povos originários do/no discurso da colonização, sob o olhar do estrangeiro.

## **1.0 A imagem do indígena e os/nos primeiros relatos: efeitos de um apagamento**

O texto-poema que epigrafa este capítulo apresenta-nos uma articulação da imagem indígena<sup>7</sup> com aspectos culturais e geográficos, em um gesto que o idealiza, o

---

<sup>7</sup> Em *Um índio*, do disco *Bicho*, de 1977, Caetano Veloso faz funcionar uma crítica pela qual a vinda de um mito indígena, visto que o indígena como tal foi, em seus fundamentos, dizimado da América Latina, que

reconhece, diante da sua importância e presença na formação da identidade brasileira. As predicções, elaboradas por meio de comparações (impávido como Muhammed, apaixonado com Peri, infalível como Bruce Lee), indicam o gesto de atribuir qualidades de personagens contemporâneos à imagem indígena, de modo a assegurar-lhe exaltação através de sua idealização.

O dizer, no entanto, coloca-nos, enquanto leitores, por meio de um processo de formação de um país, em relação com o não-dizer/não dito, atualizado pelo silêncio que acompanha e trabalha, necessariamente, a presença de (outros) sentidos possíveis. Dessa forma, o não dito, ao qual nos referimos, está ligado, necessariamente, à história da presença dos povos indígenas no trajeto de formação da nação-Brasil, construída à luz dos saberes – científico, religioso e político – europeus, que criaram, a propósito da colonização, contextos de exploração, bem como de submissão e de conversão à fé cristã, no interior das tribos habitantes do território.

Se nos propomos, com este trabalho, à compreensão discursiva dos manuscritos deixados por Daveron (século XX), é imprescindível partirmos das descrições que marcaram o contato inicial do estrangeiro com os povos originários, representados, inicialmente, pela figura do europeu (português) e do indígena.

Nessa direção, cabe-nos a pergunta: qual é, pois, o lugar do indígena no discurso das descobertas<sup>8</sup>?

Dentre os diversos textos que reservam remissões à imagem do indígena em conjunturas de subjugação, ao português, tomemos, inicialmente, uma sequência discursiva do relato<sup>9</sup> escrito, por volta de 1583, pelo padre jesuíta Fernão Cardim, membro da Companhia de Jesus<sup>10</sup> (1556):

[...] Sua majestade tem, para com todos os índios do Brasil, grande obrigação de ajuda-los com todo o **remédio do corpo e do espírito**.

---

virá através da mais avançada tecnologia, dotado de poderes dos maiores heróis da contemporaneidade, para revelar aos povos o que sempre esteve oculto e que se mostra como o óbvio.

<sup>8</sup> Iniciamos as reflexões sobre a formação do discurso da colonização por meio da discussão em torno da representação da imagem do indígena por este discurso por compreender, dessa forma, que os sentidos atribuídos aos povos originários, compreendem um recorte da memória discursiva sobre os sujeitos brasileiros.

<sup>9</sup> Padre Fernão Cardim, citado por Inês C. Inácio e Tania R. de Luca, *Documentos do Brasil Colonial*, p. 63-64.

<sup>10</sup> A Companhia de Jesus, fundada em 1534, foi a primeira missão religiosa que reuniu padres jesuítas – dentre eles Inácio de Loyola, um de seus fundadores – com o objetivo de expandir o catolicismo por todo o mundo, principalmente entre os povos das terras “descobertas”, durante os séculos XVI e XVII, por meio das grandes navegações empreendidas pelas coroas de Portugal e da Espanha. Observamos que esse gesto de “levar a fé onde não há” se constrói sobre o imaginário de que aos povos originários não coube senão nenhuma relação com o sagrado, fazendo com que seja próprio do discurso catequético o apagamento, o silenciamento, da manifestação de outras formas de crença que não seja a de tradição europeia.

Pois **quase todos desta costa estão quase consumidos pelas doenças, guerras e tiranias dos portugueses**. Essas companhias são constituídas da maneira seguinte: juntam-se três ou quatro, ou mais pessoas, e cada uma entra com sua parcela e pede ao governador licença para embrenhar-se no sertão a fim de trazer índios livres. O governador concede-a com uma ordem para que sejam trazidos sem emprego de força ou fraude, mas de sua própria vontade, declarando que **hão de servir os portugueses e ajudá-los em sua faina nos engenhos de açúcar e outros trabalhos**. Com licença, os aventureiros juntam gente para ir ao sertão [...] **se não conseguem trazer por manhas a gente que vão buscar, hão de trazê-la à força [...]** (Grifos nossos).

O documento acima apresenta-se como um relato que o jesuíta faz a respeito do contato do governo português, mediado por seus agentes, com os indígenas que habitavam o território. No texto, observamos que os contextos de subjugo aos quais os indígenas estavam sujeitos se associavam, sobretudo, à conversão à fé cristã, pelo intento de dar-lhes o **remédio do corpo e do espírito**, e ao trabalho escravo, pela possibilidade de ter de inseri-los, à força caso fosse necessário, nos trabalhos do engenho e nas produções do campo.

O jesuíta lembra à coroa portuguesa os seus propósitos: levar aos indígenas remédios para o corpo e para o espírito e trazê-los para a lida voluntária nos engenhos e outros trabalhos, contudo, as companhias, orientadas pelo governador, o fazem pelo uso da força. A denúncia do jesuíta diz da desumanidade das companhias e silencia o seu trabalho como se fosse da vontade do indígena abraçar a fé católica.

As descrições postas em relato trazem-nos informações muito relevantes e concernentes à manutenção da relação metrópole-colônia, no entanto, é igualmente importante explicitarmos como estes mesmos textos, que (re)contam a história da colonização no Brasil, direcionam interpretações, homogeneízam a história e apagam as condições de produção dos lugares nos quais os discursos funcionam, pela relação colonizador-colonizado.

Pelo modo como a língua se articula em sua constante remissão às condições históricas de produção, observamos, pelo que destacamos da SD acima, modos de inscrição e funcionamento do discurso da conversão, que supõe, pela memória discursiva europeia cristã, a não existência de qualquer forma de manifestação de crença e, dessa maneira, de haver a necessidade de uma incursão à fé. Notamos, ainda por esse viés, que o discurso da conversão funciona tanto acompanhado pelo imaginário de “vazio”, em relação a uma maneira de se relacionar ao sagrado, quanto pela via da “docilização” dos povos originários, que, convertidos/catequizados, seriam mais suscetíveis ao exercício das formas de tutela do português.

Observemos, assim, que tanto pela imposição da força quanto pela submissão à fé, pelo português, criam-se, pela SD do relato acima, dois lugares de funcionamentos discursivos que promovem formas distintas de apagamento do indígena: se o primeiro funcionamento se constitui pela necessidade de catequização, o segundo silencia os modos de viver/fazer dos indígenas, suas relações de trabalho e de convivência, da mesma forma como ocorre com a diversidade de suas línguas, sobrepostas pela recorrência à força e à soberania que garantiam, para os indígenas, outras formas de (não) significar.

Façamos uma breve retomada, nesse ponto, do trabalho que Guimarães (2005) desenvolveu sobre a formação da língua nacional, desde a introdução da Língua Portuguesa no Brasil, com o início da colonização, em 1.500, e por meio da qual também é possível observarmos a maneira como as línguas originárias foram sendo sobpostas e apagadas do processo de constituição da nação, pela presença do colonizador.

Guimarães (*idem*) aponta que a história da constituição da língua nacional foi dividida em quatro períodos, a partir de acontecimentos significativos documentados por historiadores e linguísticas.

O primeiro momento foi marcado pelo contato inicial da língua portuguesa, na então colônia, com as línguas indígenas. Essa relação foi marcada pelo momento em que a *Língua Geral*<sup>11</sup>, definida como a língua franca, entrou em conflito com a língua oficial do Estado – o português.

O segundo período foi caracterizado por legitimar, pelo acontecimento da vinda da família real ao Brasil, em 1808, o contato conflituoso entre o português, as línguas indígenas e as línguas africanas – contemporânea à chegada dos escravos. A instalação da família real portuguesa significou, em termos jurídicos, a consolidação do português como língua oficial, tornando-se, pois, a mais falada no Brasil.

Observamos que é também por esse acontecimento, em que o português se torna a língua oficial, que esta é autorizada a sustentar, nos documentos que geriram o território, as decisões político-administrativas no/do Brasil. Foi, portanto, por estar legitimado sobre relações de poder, que o governo português (re)fez, às suas letras, a história da nação, construída no interior de diversos apagamentos outros.

---

<sup>11</sup> Chamada de *língua brasílica* nos primeiros anos da colonização, a língua tupi foi eleita como *Língua Geral*, pelos jesuítas, por ser a língua indígena majoritariamente falada na costa do Brasil. Esse vernáculo local representou o veículo direto da expansão da evangelização, pois foi adotado pelos jesuítas para facilitar o processo inicial de conversão dos indígenas à fé cristã (MARIANI, 2003). Como era a língua falada pela maioria dos indígenas na colônia, o tupi recebeu, posteriormente, todos os esforços da gramatização que tornou possível a produção de textos escritos por europeus em uma língua anteriormente sem escrita.

A soberania e o controle da língua oficial sobre as línguas gerais conduziram, regularam e, também, interditaram algumas delas, pois, já no terceiro período, o português significava a “língua de todos”. Dois grandes marcos desse período foram a criação da imprensa oficial no Brasil e a construção da Biblioteca Nacional, na sede do então império, no Rio de Janeiro.

Payer (1999), no que diz respeito à interdição das línguas gerais pela língua oficial, observa que a relação colonizador/colonizado, instituída historicamente, produziu efeitos na constituição do sujeito de linguagem, uma vez que, a relação deste com a língua apagada/interditada será sempre mediada pela memória de uma língua silenciada, e esta, por sua vez, se dará em movimentos contínuos de irrupção e interdição, tanto pela escrita quanto pela oralidade. Assim, ao mesmo tempo em que essa língua constitui o sujeito pelo que a memória estabiliza, ela tende a ser apagada, na medida em que é o português que interpela o sujeito interpela juridicamente, como a língua legitimada a seu estatuto de cidadão brasileiro.

O quarto período foi consolidado com a independência do Brasil, acontecimento histórico que legitimou o português como língua nacional. Esse momento político da nação instalou, sobre os sujeitos-brasileiros, uma nova relação com a língua, que se tornou não só a língua oficial e mais falada, mas a língua nacional. Essa “nacionalidade da língua”, forjada ao Brasil por Portugal, funcionou da mesma forma como um discurso *sobre* e passou a significar a fim de sobrepor a presença das línguas indígenas, das línguas africanas e das línguas de imigrantes, que começaram a vir para o Brasil a partir do século XIX.

Foi também neste quarto período que o governo de Marquês de Pombal determinou a criação do “Diretório dos índios”, tornando oficial a Língua Portuguesa, e exclusivamente essa,

[...] a língua que devia ser falada, ensinada e escrita exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. Institucionaliza-se, na colônia, a língua portuguesa com SUA memória de filiação ao latim. O Diretório busca colocar em silêncio a língua geral e seus falantes, caracterizando-a como uma “invenção diabólica” (MARIANI, 2003, p. 78).

Mariani (*idem*, p.73/74), ao se referir ao processo de imposição/expansão da língua portuguesa, no Brasil, define-o como *colonização linguística*, ou seja, como um “[...] processo histórico que aglutinou a realeza e a igreja portuguesas em um projeto político-linguístico em larga medida comum e simultaneamente nacional e internacional”.

Trata-se de uma política de defesa e de expansão da língua, que consiste em disponibilizar um arquivo específico de uma língua, neste caso, a portuguesa, ao mesmo tempo em que outros arquivos são interditados.

Nessa direção, observamos que a memória discursiva sobre a língua brasileira se estabelece juntamente sobre um arquivo de apagamentos e interdições, necessários para garantir

[...] a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época [...] ao se impor a língua portuguesa para os índios, está se impondo também uma língua com uma memória outra: a do português cristão submisso ao rei. Ensinar português aos índios objetivando a catequese é silenciar a língua e a memória de outros povos (MARIANI, 2003, p. 76).

Parafraseando a autora, a Língua Portuguesa fez circular, no Brasil, um processo de submissão que, na verdade, já tinha sido instituído em Portugal: a língua constituiu-se como a primeira instituição a participar do projeto de domesticação dos sujeitos, pois interviu a favor de outras políticas, sobretudo governamentais e religiosas, que vão se valer, por sua vez, da língua para fazer a história significar à sua (deles) maneira. Dessa forma, para Portugal, era necessária a unificação das línguas e a diluição da sua heterogeneidade, isto é, o aprendizado de uma única língua, tanto da língua indígena, pelos jesuítas, quanto da portuguesa, pelos povos originários, ia de encontro ao propósito da Coroa, que era o de civilizar os indígenas e inscrevê-los “[...] como um sujeito colonizado cristão e vassalo de El-Rei a partir do aprendizado e utilização de uma só língua” (*idem*).

A dominação da Língua Portuguesa no Brasil, principalmente sobre a Língua Geral, foi possível pelo fato de a memória europeia já ter se estabelecido sobre um mundo ainda sem sentido (escrita), cuja memória não conta e não possibilita, por conseguinte, uma escrita que a configure em confronto com a memória escrita europeia (ORLANDI, 2013).

Contudo, no processo de colonização, a imposição da língua portuguesa não se deu sem disputa, sem litígio, embora o efeito produzido pela história naturalizada tenha sido o da “paz social”, conforme Pêcheux (1990).

Dessa maneira, observamos o exercício de interpelação linguístico-ideológica desempenhou o trabalho de naturalizar e de “docilizar” os sujeitos-brasileiros pela imposição, sutil, da língua do Estado, tal como nos descreve Pêcheux (1990, p. 11),

quando afirma que “[...] a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sobre a aparência da paz social”. Assim, vemos que, diante de seu caráter de oficialidade, a língua portuguesa foi configurando, para os sujeitos-brasileiros, o que era necessário para a manutenção da eficácia das formas de controle pelo Estado português.

Silva (1998, p. 149), ao tratar também das formas de controle e de interdição das línguas gerais e das práticas indígenas, o faz retomando, discursivamente, o conceito de *civilização*, como mecanismo de apagamento desempenhado a favor da colonização europeia.

A autora define o termo como

[...] o jogo do processo [...] de exterminar a cultura dos habitantes de um mundo em que o europeu precisava se re-conhecer e ser reconhecido como superior, por um lado, e perpetuá-la, por outro, preservando os brasis necessários às relações econômicas e sociais que aqui se instalavam: um escravo sem identidade.

Vejamos que, dessa maneira, durante a colonização, a questão da interdição das línguas e dos modos de fazer foi naturalizado pelo direcionamento das interpretações que reconduziram as práticas de modo que atendessem os interesses do mundo europeu. Tais práticas se concentravam, sobretudo, no trabalho religioso realizado pelos jesuítas, pois, a partir dele, o controle e as formas de sujeição encontravam maior sustentação:

No espaço desse jogo de extermínio--perpetuação de um mundo material e simbólico, os jesuítas têm um papel decisivo: o discurso religioso - católico-jesuítico - é o lugar privilegiado para a constituição do sujeito do dizer no e do Novo Mundo que deve se fazer reconhecer no e pelo Velho Mundo. Esta forma-sujeito realiza a dissimulação dos elementos do interdiscurso europeu-cristão - de uma memória do dizer de um mundo outro - e fornece-impõe a "realidade" ao sujeito (*idem*).

Os sentidos instalados pela relação Portugal-Brasil derivaram de uma relação de condução-obrigação, parafraseando a autora (*ibidem*), em que o primeiro disponibiliza – ao mesmo tempo em que obriga –, por mecanismos de conversão, que o segundo se reconheça por certos sentidos que não lhes não constitutivos. Assim, os sentidos que fazem repetir a história do processo de instalação do governo português no Brasil são os mesmos que fazem funcionar, pela escrita e pela oralidade, o discurso colonizador que promoveu o “descobrimento”, a “conquista” do território, povoado, antes, pelos indígenas. Essa compreensão nos autoriza a dizer, portanto, que os documentos/relatos escritos pelos agentes a serviço da coroa portuguesa conduziram a leitura que hoje se faz

dessa história de colonização, direcionando a interpretação dos fatos e autorizando o europeu legitimar esse processo de apropriação.

Vejamos, em seguida, outros recortes de (con)textos que instalam, pela relação colonizador/colonizado, sentidos sobre o indígena, e que nos permitem produzir mais alguns gestos analíticos a respeito das formas de produção do silenciamento/apagamento sobre o qual vimos discutindo.

Trazemos a pintura “Primeira Missa”, de Victor Meirelles, que se apresenta com um recorte, um filtro possível de interpretação, cuja produção foi orientada por um efeito-leitura do detalhamento que Pero Vaz de Caminha<sup>12</sup> fez da primeira manifestação religiosa cristã, realizada na então colônia de Portugal:



Pintura de Victor Meirelles (1861)<sup>13</sup>

Pela pintura, assim como em outros materiais de natureza visual, os processos de textualização – as formas pelas quais os elementos presentes na materialidade se articulam e trabalham os sentidos na/pela superfície da imagem – parecem, de certa forma, mais suscetíveis à captura do olhar-leitor, que se centra na ilusão mesma de estabilidade, de completude e de transparência destes sentidos. A imagem, sob o vigor da leitura conteudista, disponibiliza/oferece, imaginariamente, ao leitor o direcionamento da interpretação, que, sem a intervenção da história, decide sozinha o trajeto dos sentidos para a compreensão do que se põe em cena.

<sup>12</sup> O relato ao qual nos referimos é a Carta escrita por Pero Vaz de Caminha, encaminhada ao Rei Dom. Manoel, em que se encontram descrições sobre a realização da primeira missa no Brasil, pelo Padre Henrique.

<sup>13</sup>Disponível em: <http://www.historia-bahia.com/primeiras-missas.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

A história, produzindo efeitos de homogeneidade, direciona e legitima o discurso do outro (do português) que, por sua vez, conduz a interpretação do/no texto. Nesse espaço de produção de leitura, vemos repetir uma história de uma única mão/versão: o óleo em tela retrata, como um reflexo das descrições feitas por Caminha, a primeira Missa nas terras “recém-descobertas”, por Portugal.

A cerimônia marcou, pelos textos que orientaram os sentidos sobre a história do Brasil, o “primeiro” evento sagrado realizado na então colônia – pelos missionários – e sinalizou o início do processo de difusão da fé cristã, pela conversão/evangelização, dos povos originários. Trata-se, então, de um gesto de interpretação ligado a uma história de formação da nação-Brasil em que os brasileiros, sobretudo os indígenas, são significados pelo discurso do outro.

O sujeito tende, ao contemplar a pintura, à inscrição na literalidade e na possibilidade de esgotamento do sentido, visto se assegurar na ilusão de apreensão/captura de tudo o que vê na imagem. E esta, logo, fica restrita ao que alcança a visão, circunscrita nos limites dos delineamentos que contornam a pintura. Se, no entanto, consideramos também que pintura se configura como uma forma de (re)contar a história de colonização, pela relação português-indígena, dizemos, nessa direção, que ela revisita os sentidos instituídos nesse processo e os repete, pelo *já-lá* que a Carta de Caminha sustenta, os dizeres e os lugares de filiação dos discursos que aí se produzem.

Pela leitura, discursiva, que fazemos do quadro de Meirelles, perguntamo-nos: a quem legou-se a possibilidade de dizer a/da história de colonização, ou, em outras palavras, quais sentidos funcionam no lugar de outros?

Distanciando-nos dessa leitura instrumentalizada, buscamos operar com formas de ler que nos aproximam da problematização dos trajetos que constroem um efeito-leitura transparente/evidente e que fazem repetir a história naturalizada, interrogando, neste espaço, de que maneira as condições de produção históricas dessa leitura intervêm como sustentação para a circulação dos sentidos. Equivale dizer, portanto, que, ao tentarmos compreender como os sentidos evidentes são formulados-circulados, consideramos também, e, sobretudo, colocar em visibilidade os que não se apresentam pela via da transparência, mas pelo silêncio, que também especializa e faz circular sentidos possíveis.

Sob essa ótica é que dizemos que esta tela promove, assim como vimos nas análises dos relatos, o apagamento de toda diversidade étnica, ou seja, na tentativa de representar/ilustrar um marco da/na trajetória de catequização dos povos originários, em que a história se faz/conta pelo discurso do português, a obra nos disponibiliza uma outra

versão dessa história que, no entanto, não significa, por ser apagada. Entretanto, só temos acesso a essa forma de apagamento, incidida e legitimada pelo não-lugar que esses povos ocupam no discurso que constrói a história do Brasil, se interrogarmos pelo que não se diz, pelo que se silencia, ao dizer deste momento histórico. São sentidos esquecidos, mas que, se interrogados, retornam e configuram outras maneiras possíveis de leitura.

Orlandi (2008) nos chama atenção para o fato de que, em todo dizer, e aqui incluímos também os textos de natureza visual, por telas, imagens e pinturas, há sempre a construção de silêncios e apagamentos, justamente pelo que não se diz/se pode dizer. Se, ao perguntarmos pela historicidade desta pintura, isto é, o modo como o que se apresenta/representa se inscreve, pela linguagem, na história, veremos que se trata de um texto-imagem que sofre as injunções das condições de produção desse acontecimento – A primeira cerimônia cristã no Brasil – em que os indígenas não significam por não dizer da/a história. Nessa relação, o que se revela, ao mesmo tempo em que se esconde, pelo silêncio, é o fato de nós não sermos significados por um discurso *do*, mas por um discurso *sobre*.

Contudo, a reverência demonstrada pelos portugueses diante dos ritos religiosos em comparação com a postura dos indígenas – deitados, empoleirados em árvores, de costas – mostra não só curiosidade/estranhamento do ritual, como marcam gestos de resistência que indicam que o processo de catequização só poderia ocorrer pela força.

Vejamos, abaixo, por meio de uma SD das descrições da referida Missa, como o relato de Caminha se constitui como condições de produção da leitura materializada na pintura, ao mesmo tempo em que também é possível entrever o efeito de apagamento do indígena, a partir da recorrência de uma generalização promovida pelo pronome *todos*.

Segue, então, parte do texto original:<sup>14</sup>

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que **todos eram ali**. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por **todos** com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e **nós todos** lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/descobrimento/carta-caminha.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. (Grifos nossos)

Pela SD do viajante-redator, vemos a recorrência de um elemento linguístico que faz desdobrar alguns funcionamentos discursivos do/sobre o processo colonizador. Referimo-nos, mais precisamente, à utilização do pronome-indefinido-plural *todos*, ao qual demos alguns destaques no texto acima pelo fato de possibilitar-nos a escuta de sentidos que se ancoram ao discurso da homogeneização.

Caminha descreve a cerimônia conduzida por Frei Henrique de maneira detalhada, principalmente no que concerne às referências de elementos ligados à igreja católica, como vemos na SD pelas palavras Evangelho, Cristo, Cruz etc. Em se tratando do contexto imediato da produção dessa escrita, poderíamos ainda inferir que os indígenas estavam, à época, ainda pouco familiarizados com a presença do português e que o contato e a aproximação entre eles, nessa conjuntura, se davam de maneira forçada e ameaçadora, embora fosse necessária a manutenção da relação indígena- evangelização-português para facilitar, mais futuramente, o domínio e a exploração da terra e da mão de obra indígena.

Pela sintaxe das frases que Caminha constrói, é possível observamos, no emprego do pronome indefinido *todos*, de que maneira, nesses vestígios, há aberturas para a interlocução que este relato faz com as considerações que vimos elaborando sobre a inscrição do indígena no discurso da colonização, por um efeito de apagamento.

Para compreendermos como esse efeito de apagamento se dá, perguntamos pelo estabilizado da memória da própria língua-escrita, a partir da forma com que acontecem os encadeamentos sintáticos no texto, sobre os sentidos que o pronome *todos* trabalha e espacializa, deslocando-nos da leitura evidente e produzindo consequências sobre a relação das condições de escrita deste texto. O termo em questão, que se repete em três formulações no relato, atualiza um saber suposto da memória da língua-escrita, sustentado pela legitimidade do efeito da unificação/integração.

O efeito de unificação e de integralização – marcado pela presença do pronome *todos* – homogeneiza as diferenças entre crenças, visto inserir *todos* na discursividade católica-cristã, estabilizando, à luz do olhar português, a tensão entre o mesmo, a fé cristã, e o diferente, a crença/costumes religiosos indígenas, criando, pela regularidade linguística, um lugar particular em que o indígena é tomado com um vazio que foi preenchido.

Dizemos, então, que o discurso que funciona pelo pronome indefinido *todos* e que constitui, portanto, o sujeito-escritor, neste relato, é aquele ligado aos sentidos já-dados pelo discurso da colonização, cuja possibilidade do dizer sustenta-se no pré-construído que naturaliza e integra as diferenças, na/pela relação colonizador-povos originários, por um efeito de presença-ausência. Presença pelo fato de unificar os sujeitos, as condições de produção, as leituras; e ausência, por, nesse mesmo gesto, promover o apagamento das diferenças e do silenciamento das versões outras, nesse caso, da crença, da relação com o sagrado dos povos indígenas.

Trata-se de um discurso que se sustenta pelo apagamento do equívoco, pois direciona a interpretação aos interesses dos colonizadores, que, por sua vez, interditam a irrupção de outras possibilidades para leitura da/para a história. Esse apagamento de versões outras garante que a contradição, o real da história, não coloque em questão a história legitimada por Portugal. Pêcheux (2010) nos ensina que a história não deve ser compreendida como um puro efeito imaginário, uma unidade homogênea, mas como lugar contraditório, em que se articulam versões e equívocos, pontos que afetam a estabilidade do sujeito e das interpretações consolidadas, levando-nos, enquanto analistas, ao encontro do real histórico. O real da história, lugar que o discurso unificador busca apagar, compreende os equívocos, que [...] aparecem como o ponto onde o impossível (linguístico) vem se conjugar à contradição histórica (PÊCHEUX, *idem*, p. 6)

É nesse caso, pois, que consideramos que *todos* aparece, no recorte do texto que descreve a Missa, como um elemento linguístico que acompanha tanto o discurso que naturaliza a história do Brasil, pois apaga, não fala em nome de uma diversidade de culturas e choques linguísticos, e também aliado, como vimos, ao discurso da colonização/descoberta, justamente pelo fato de funcionar, tal como esse último, pela memória discursiva do território vazio, do espaço edênico.

Orlandi (2007, p. 58) nos diz que o processo colonizador construiu um espaço de significação tal para o indígena que lhe assegurou significar

[...] fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta [...] esse silêncio pode ser compreendido com resistência de toda a tentativa como existência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou *no* silêncio.

Sobre a presença/ausência dos povos indígenas na formação da identidade e, como consequência, da língua brasileira, tal como vemos por análises dos textos-relatos de viajantes e missionários<sup>15</sup>, podemos dizer que o que há são mecanismos eficazes de apagamento dos povos originários, que culminaram, pelo discurso das descobertas, na negligência de sua imagem.

Estes mecanismos funcionaram pelo exercício/imposição concomitante da ciência, da política e da religião, que, por conseguinte, “[...] se apresentaram como três modos de domesticar a diferença: a primeira pelo conhecimento, a segunda pela mediação e a terceira pela salvação (catequese)” (ORLANDI, 2008, p. 67). O indígena, nessa medida, tornou-se alvo destas três formas de discurso, passando, assim, a significar por meio deles e não através de sua identidade.

Nessa compreensão, estas discursividades, cada qual sob sua ótica de tematização, garantiram, ao indígena, pontos específicos de observação/captura:

A ciência torna o índio observável, compreensível, e sua cultura, legível; o indigenismo o torna administrável; a catequese o torna assimilável [...] a compreensão amansa o conceito índio, a pacificação amansa o índio como corpo e a conversão amansa o índio como espírito, como alma. (ORLANDI, 2008, p. 68)

Dessa maneira, nos relatos de viagem, observamos que os discursos produzidos sobre o indígena fazem dele “[...] objeto de observação [que], paradoxalmente, resulta na produção de sua invisibilidade. A tematização do índio nesses discursos funciona como indício de seu apagamento” (ORLANDI, *idem*, p. 69).

A autora descreve a relação entre o corpo do indígena com suas formas de tematização e instalação de controle e de poder, por regiões distintas do conhecimento que, juntas, funcionam a serviço do Estado.

Vale reiterar a reflexão que Foucault (1987, p. 164) propôs a respeito da relação corpo/poder, tomada à luz das criações das áreas do saber (político, antropológico, sociológico etc.), que incidem, sobre a imagem do indígena, as bases necessárias para a construção de um objeto do conhecimento:

[...] corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também

---

<sup>15</sup> Referimo-nos às análises que fizemos aqui, mas também aos trabalhos que Nunes (1992), Mariani (2004), Castrillon-Mendes (2000) e Orlandi (2008) desenvolveram, sobretudo esta última, sobre o discurso da colonização, a partir da leitura de relatos de missionários e viajantes, escritos durante a passagem destes pelo Brasil. Estes estudos constituem-se como o eixo central das reflexões teórico-analíticas e históricas sobre as quais se sustentam as discussões desenvolvidas neste trabalho.

igualmente uma “mecânica do poder” [...]; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

O governo constrói seu poder exatamente na possibilidade de exercício das formas do saber que se apresentam no corpo do colonizado: é o poder-saber que determina o que se pode ou não fazer, as formas pelas quais os corpos se mostram ou se escondem, os espaços para os quais os corpos se espacializam, regulando seus modos de domesticação por meio da construção de evidências ou de interdições/apagamentos de sentidos.

Os discursos, por sua vez, demarcaram esse apagamento, instituído pela *constituição* dos primeiros sentidos atribuídos aos povos originários, por meio dos documentos que acompanharam a chegada dos portugueses (século XVI) e as missões jesuíticas. Séculos mais tarde, estes sentidos interviram, pela repetição/atualização das formulações já constituídas, então, como um pré-construído, um *já-lá*, nos relatos/diários de viagem elaborados com o desenvolvimento das expedições científico-culturais, realizadas a partir do século XVIII<sup>16</sup>.

A propósito de uma diferenciação entre *constituição* e *repetição* de sentidos, compreendemos, com a Análise de Discurso, que a primeira se refere, pelo que nos diz Orlandi (2012, p. 10), “[...] à dimensão vertical e a formulação [ao nível da repetição] se apresenta em um eixo horizontal [...]”. Essa compreensão nos autoriza a concluir, portanto, que o processo de *constituição* dos sentidos, isto é, sua verticalização, consiste na organização de saberes no interior da memória discursiva, e que estes saberes, já-dados, são construídos e articulados em um amálgama de dizeres que, por conseguinte, tornam possível a retomada da palavra, ou seja, a inscrição do sujeito na história, pela língua.

Uma vez constituídos, sedimentados, estes sentidos retornam/são reatualizados nas/pelas formulações, em pontos específicos da sequência linguística nos quais a língua se articula à história, tornando possível a repetição dos sentidos disponibilizados na/pela memória do dizer. É, pois, neste momento, que dizemos que os sentidos entram em circulação, produzindo efeitos e marcando lugares de interpretação distintos para/por sujeitos, a partir de uma dada formulação/dizer.

Ainda sobre a relação constituição/formulação/circulação dos sentidos, Orlandi (2012, p. 11) conclui dizendo que

---

<sup>16</sup> Os propósitos, as segmentações e as orientações de cada viagem/expedição, bem como a relação viajante/língua/texto, serão discutidos, oportunamente, no segundo capítulo deste trabalho.

[...] o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer). Todo dizer [...] se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição).

Dessa forma, articula-se ao que nos coloca a autora a leitura que fazemos dos relatos dos viajantes, autorizando-nos, por esse viés, a interrogar, pelos sentidos que entram em formulação-circulação, por uma escrita/retrato que faz repetir/reatualizar, do interdiscurso, um saber discursivo, já-dado, sobre a imagem do indígena<sup>17</sup>. E é este saber, então, o que nos coloca em contato com as discursividades (da antropologia, da sociologia, da política etc.) que, durante a história, acabaram por produzir um silenciamento do lugar no qual o indígena significa por si.

Compreendemos, portanto, que esta tematização do indígena, que o investiu como objeto de investigação/categorização, constituiu-se como (re)produtora de certas discursividades que o deixaram, logo, fora do discurso da formação da nacionalidade brasileira<sup>18</sup>.

Em outras palavras, se, pelo viés da religião, com o discurso dos missionários, a figura do indígena tornou-se alvo de práticas de catequização e imposição da crença ocidental cristã, pela ciência, à luz de estudos histórico-antropológicos, os povos originários fizeram parte de um empreendimento teórico que buscou, na explicação da diversidade das raças, das etnias e das línguas, categorizar seus grupos sociais. E a política, por último, com o discurso liberal e da homogeneização das diferenças, situou o indígena com um sujeito-de-direito e deveres, inscrito nos mecanismos de controle que funcionam em nome de uma cidadania.

---

<sup>17</sup> Referimo-nos, mais precisamente, aos sentidos ligados ao processo, sobretudo catequizador, que buscou tornar o indígena “civilizado”, alfabetizando-o e retirando-o da condição de “bárbaro”. Este saber discursivo – tal como visibilizamos pela análise de um fragmento do diário de viagem do francês Hércules Florence (século XIX), em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (2016) – se repete e faz atualizar os sentidos que associaram o indígena ao bárbaro, sem civilidade, efeitos de sentido que são identificados como próprios do discurso das descobertas, constituído pelos primeiros contatos do europeu com as terras/povos brasileiros.

<sup>18</sup> Pelos relatos dos primeiros viajantes, o que vemos é que o indígena não assumiu um lugar no discurso na construção da identidade brasileira senão por representar, tal como vemos em alguns livros de história e antropologia, sobretudo os didáticos, a figura do “selvagem”, “do não civilizado”, fortalecida por um dizer que (re)conta a descoberta de uma extensão de terra em que não havia habitantes. Recentemente, observamos que se criou um lugar de pertencimento do indígena junto à identidade brasileira, especialmente em representações festivas em escolas, pela premissa de que é preciso relembrar e reafirmar os povos originários, através do resgate de seus costumes que aparecem, quase sempre, como os de um povo alijado do processo de formação da cultura do país.

Em relação ao funcionamento do discurso liberal, com a imagem do indígena, retomamos as palavras de Orlandi (2008, p. 68), ao afirmar que esta forma de discurso

[...] já é um mecanismo de apagamento [...] é porque considera o índio como igual que pode desqualificá-la, ou seja, esse discurso traz o índio para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco, e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são as suas.

Com base nas considerações da autora, podemos afirmar que o indígena não é incluído na formação da consciência nacional em virtude de não se significar pela sua identidade, uma vez que seu lugar mesmo de constituição é em outra formação discursiva que, na verdade, encontra-se apagada do processo de dizer a/da história do Brasil.

Pelas considerações que fizemos a respeito do contato do português com os povos originários, observamos que a escrita dos relatos dos viajantes/missionários atravessa a questão da leitura, para a qual é possível traçarmos alguns de seus trajetos na/para a produção de imaginários e de sentidos que construíram o Brasil/brasis/sujeitos-brasileiros, aos olhares e às condições de produção, político-históricas, desses textos-relatos, na Europa.

A respeito da construção dessas leituras, configuradas como relatos/documentos jurídico-administrativos, Nunes (2000) nos alerta para o fato de que as condições de escrita destes textos foram essencialmente importantes para garantir o direcionamento das interpretações dadas por Portugal:

Os discursos sobre as terras [e os povos] desconhecidas na época das Grandes Navegações se constitui paralelamente ao discurso Renascentista. Na Europa, o discurso religioso dava lugar às manifestações humanísticas, e assim reconfiguravam-se as formações discursivas em diversas instâncias, de diversas maneiras (*idem*, p. 43).

Conforme o autor, os imaginários e as leituras do/sobre o Brasil se construíram em meio a tensões, provocadas por querelas entre questões científicas e religiosas. O pensamento científico compreendeu a conquista dos povos e a formulação-circulação de conhecimentos sobre as terras recém “descobertas” e sobre os costumes diferentes da tradição europeia. A leitura que deu a conhecer estes aspectos foi possibilitada pelo aprimoramento das técnicas de navegação, que viabilizaram, cada vez mais, as conquistas pelo oceano e o desdobramento da posse territorial, fortalecidos pela soberania portuguesa. Esses avanços, territoriais e tecnológicos, foram balizados pelos discursos

que mobilizaram as práticas colonizadoras e exploratórias, que tinham, no desenvolvimento científico e na política expansionista, seus lugares de filiação.

Se, inicialmente, a religião, por meio do discurso da conversão/catequização, buscou se aliar à política de colonização, com a tentativa de expandir o reino de Deus e, logo, “docilizar” os indígenas às vontades do governo português, mais tardiamente, com a Reforma Protestante, marcou-se o início de um processo em que a leitura dos textos religiosos indicou outras possibilidades de interpretação que, por conseguinte, fomentaram a laicização do conhecimento, a desestabilização dos sentidos naturalizados pelo discurso religioso, culminando, a partir da Contra Reforma<sup>19</sup>, em conflitos que acabaram por distanciar/opor Igreja e a ciência.

Dessa forma, as atividades científicas construíram os efeitos-leitura produzidos dentro de uma determinada região do (poder/dever) saber: o Renascimento. Sob essas condições, a construção das leituras dos viajantes se dava sustentada na/pela relação *conhecimento-homem-mundo*, sob o vigor de uma discursividade que centrou, na figura do homem e na sua capacidade racional, as possibilidades de expandir os domínios e conquistar territórios.

Nessa direção, as viagens e expedições que se realizaram possibilitaram aos escritores-viajantes a produção de leituras orientadas pelo princípio de que a ciência retiraria o homem da escuridão, mantida pela égide da Idade Média e pelos dogmas da Igreja, e o conduziria ao progresso mercantilista e cultural, por meio de viagens ultramarinas.

É dentro desse contexto, então, que podemos dizer que os imaginários do/sobre Brasil surgem, sustentados por leituras que se querem científicas, visto estarem inscritas na discursividade renascentista e cujo cerne se voltou para a ideia da busca do povoamento das ilhas paradisíacas, posta em circulação pelas utopias do Humanismo português.

A discursividade científico-racional, que impulsionou as primeiras grandes viagens, produziu, por conseguinte, consequências teóricas para o modo como as demais áreas do conhecimento produziram leituras sobre o Brasil: O Velho Mundo tornou-se Novo Mundo por estar “legível”, “compreensível”, por sua entrada nas letras, promovida por políticas de alfabetização/descentramento das línguas indígenas; e sociável, tanto pela

---

<sup>19</sup> A Contrarreforma se constituiu do conjunto de atitudes tomadas pela Igreja Católica em resposta à Reforma Protestante e à discursividade humanista que propuseram outras leituras/interpretações para os textos e dogmas religiosos, propondo, assim, a renovação das práticas e da atuação política do clero, entre os séculos XVI e XVII. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/contra-reforma>. Acesso em 31 out. 2018.

importação das formas de exercício do poder, pela figura do Estado, quanto pela disseminação da fé cristã, que também trabalhou a relação da escrita/leitura do indígena, pela catequese.

De toda forma, temos, pelas condições de produção em que se inscrevem estes relatos, uma discursividade científica que autoriza a produção de leituras sob o viés do “descobrimento”, da “descoberta”, visto que tais leituras se sustentam justamente na necessidade de consolidação da relação homem/ciência, apagando e desautorizando, assim, a possibilidade de existência de formas anteriores de conhecimento, de crença, de línguas.

Afirmamos, por essa razão, que, para que o discurso renascentista se inscrevesse na história do Brasil e autorizasse o europeu a contá-la ao/no lugar do sujeito-brasileiro, por meio de evidências postas em relatos, foi preciso que a tradição europeia fizesse a relação *homem/ciência* significar no lugar em que a voz do indígena é calada/apagada, e, com ela, sua língua, sua crença. Assim, estas leituras sobre o Brasil, produzidas sobre uma interdição de outras formas de ler/significar, garantiu ao colonizador direcionar as interpretações de forma conveniente aos interesses da metrópole.

Dessa maneira, dizemos que embora os saberes sobre as terras e sobre os habitantes da, então, colônia tenham se dividido por disputas religiosas, com a busca da imposição da fé cristã, e científica, pela política colonialista, a consolidação e a legitimidade dessas formas de conhecimento necessitou que outras fossem interditas, silenciadas, apagadas.

Discutiremos, no próximo tópico, de que forma essas práticas de controle e exploração dos primeiros habitantes do território foram organizadas e registradas com a produção dos textos informativos e formativos, as chamadas literaturas de informação e formação, durante os processos colonizadores territoriais e científicos, no Brasil.

## **1.2 Instalação, ocupação e cartografia: literaturas de (in)formação no/do Brasil**

Historicamente, o Brasil representou, aos olhos do europeu (portugueses, franceses e espanhóis), um grande interesse de colonização diante da possibilidade de manutenção de mão-de-obra livre e propagação da fé cristã, como ocorreu no caso dos povos originários, e da exploração de uma vasta extensão de terra, “descoberta” em decorrência das primeiras viagens ultramarinas, financiadas pela coroa portuguesa<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup>A colonização do/no Brasil iniciou-se efetivamente em 1530, pois os primeiros trinta anos após o “descobrimento” foram reservados à ocupação e à defesa do território dos possíveis ataques e invasões,

Conseqüentemente, estes interesses nas terras/povos brasileiros impulsionaram o governo português, pela possibilidade de investimentos e expansão da soberania que a colônia representava, a financiar expedições de cunho oficial, exploratório e religioso, nas primeiras décadas do século XVI.

Nessa direção, as condições que a colônia estabeleceu para a constituição-formulação de um discurso colonizador fez dela um

[...] ponto de apoio para o desenvolvimento dos novos processos ideológicos, o que é revigorado pelo emergente sistema mercantilista que assegura para os países conquistadores a necessidade de expansão. Urge entrar no mundo do sistema de economia colonial e civilizar o Brasil por um projeto administrativo adequado, que dá a conhecer ao soberano a realidade existente, formando a maquete sobre a qual se debruçam para ordenar as conquistas e garantir a posse delas (CASTRILLON-MENDES, 2000, p. 23).

Anos mais tarde, após delimitadas as fronteiras e assegurados os territórios, outros países europeus, especialmente a França, engajaram-se em empreendimentos científicos e culturais, rumo às terras brasileiras, e produziram um inventário que cartografou inúmeras espécies de animais e plantas nativas, doenças contagiosas, bem como traços culturais e modos peculiares de viver.

Em outras palavras, os motivos dos deslocamentos, das instalações e envio de viajantes e cientistas ao Brasil ligaram-se tanto às possibilidades de exploração do território quanto da garantia da soberania, pela força ou pela hegemonia do saber científico.

Essas leituras do/sobre o Brasil, que foram sustentadas pela produção dos relatos de viajantes, estiveram, em um primeiro momento, ligadas à atividade de exploração e colonização, conforme mostramos no primeiro capítulo. Mais tardiamente, os registros se darão pela presença de pesquisadores e cientistas, conforme analisaremos no interior de Mato Grosso, pela permanência de Daveron em Cáceres-MT.

Procuramos, neste momento, trazer as condições históricas de produção dos documentos oficiais e das expedições exploratórias e científicas, a fim de, segundo o que

---

sobretudo pelos espanhóis. Assim, a Coroa portuguesa, nesse período, enviava viajantes em expedições de reconhecimentos territoriais e de delimitações/demarcações de fronteiras (período Pré-colonial), a partir das quais produziram-se as primeiras leituras/interpretações sobre o Brasil, configuradas nas formas de Tratados, Constituições, diários de viagens e documentos jurídico-administrativos. Essas primeiras informações levaram o governo português a traçar um plano que dividiu o processo colonizador em fases: a da exploração (das terras e da mão de obra), a da catequização dos **indígenas** e a da produção/comercialização de produtos, como o pau Brasil. Disponível em <http://www.historia-brasil.com/colonia/jesuitas.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

propõe a Análise de Discurso, explicitar como os sentidos são produzidos, nestes materiais significantes, em razão de estarem inscritos em determinadas condições, político-históricas, de escrita. Estes contextos determinam às formas de escrita materializada em relatos, visto compreenderem políticas linguísticas que (des)autorizam maneiras específicas de documentar o observado. É dessa perspectiva, pois, que, ao retomarmos aqui algumas condições de produção das práticas de colonização e de cartografia científica no Brasil, compreendemos ainda que o relato dessas atividades, ensejadas por tais contextos, direcionaram o curso dos sentidos pelo modo de utilização da língua, nos documentos.

São inúmeros os textos/documentos que retrataram tanto o processo de ocupação/colonização do território brasileiro quanto o de catequização/conversão, e até mesmo de escolarização, dos indígenas, durante a presença de Portugal no Brasil. Estes documentos históricos, que, anos mais tarde, constituíram o acervo da literatura informativa, assumiram a configuração textual de cartas, relatos/diários de viagem, memorandos, ofícios, requerimentos etc.

Estes textos garantiram, pelas chamadas *literatura de informação e literatura de formação* (literatura jesuítica/catequética), um recorte da produção da memória discursiva literária, na qual formulações e dizeres que dão ciência ao início da produção de um campo histórico-literário de investigação, fazem intervir também, por meio da sintaxe da língua que é organizada no relato, sentidos inscritos na formação da identidade de um país, como é o caso, por exemplo, do enunciado *Terra à vista!*<sup>21</sup>

Sob esse entendimento, no que consistiu o trabalho da literatura informativa e formativa e em quais condições históricas e imediatas o Brasil ofereceu bases para sua elaboração?

O discurso sobre a exploração/colonização brasileira foi contemporâneo à consolidação do Quinhentismo brasileiro<sup>22</sup>, período que compreendeu, por volta de 1.530,

---

<sup>21</sup> A propósito do contato que tivemos com os textos de Guimarães (2005) e de Orlandi (2008), reconhecemos a importância de destacar o enunciado *Terra à Vista!* como uma formulação que marcou, historicamente, o processo de instalação, de ocupação e de exploração europeia no Brasil e, como tal, sustentou/sustenta, como pré-construído, o discurso da descoberta/do descobrimento, a partir do qual circulam diversos imaginários sobre o Brasil e legitimam-se formas específicas de apagamento do/sobre os sujeitos-nativos, tal como vimos mostrando neste capítulo. Observamos, também, que, ao recortar uma parte de um discurso fundador e fazer nele seu lugar de constituição, o enunciado, tal como “Independência ou morte” e “Diga ao povo que fico”, constrói um espaço específico, no interior da memória discursiva literária brasileira, em que se liga a formulação-circulação desses dizeres com a produção do conjunto de textos de informação e de formação da nação brasileira.

<sup>22</sup> Momento histórico-literário que organizou, a propósito da conjuntura da colonização portuguesa no Brasil, os primeiros textos escritos sobre o território brasileiro, dentre eles, destacamos a Carta de Caminha e os relatos do jesuíta José de Anchieta. O termo “Quinhentismo” deriva da relação de produção destes textos com os anos seguintes a segunda metade do século XVI, a partir de 1530.

a produção de textos que retratam os lugares até então “desconhecidos” sob o caráter de fantásticos e edênicos.

Dessa forma, os textos quinhentistas surgem, no imaginário literário, não só como os primeiros escritos *sobre* o Brasil, mas como *do* Brasil. Esse fato equivale afirmar que esse imaginário que a literatura histórico-documental construiu, na verdade, está sustentado também por outros silenciamentos, que apagam a presença anterior do indígena e legitimam, na/pela chegada dos portugueses, o momento histórico em que o Brasil ganha visibilidade.

Orlandi (2008), ao diferenciar as formas de funcionamento dos *discursos sobre e do*, afirma que, enquanto o primeiro é definido como um espaço legitimado a organizar, conduzir e “falar no lugar de” diferentes vozes, através de mecanismos de institucionalização e de direcionamento dos sentidos, o segundo é marcado pelo gesto de interpretação do próprio sujeito em questão, ou seja, uma voz direta, mas afetada por processos históricos, ideológicos e pela ilusão da origem e autenticidade do dizer.

É possível compreender, a partir dessa exposição, que o sujeito-indígena é falado por um texto que não é o seu, mas que organiza a sua voz, direciona seus percursos e o torna objeto de observação. Nessas condições, surge a literatura de viagens, por uma memória discursiva que concentrava sentidos sobre o religioso, o político e o social europeus e não brasileiros. Se vimos, com Orlandi (2012), que a memória discursiva é o que sustenta todo o dizer, haja vista que é o lugar em que a língua se historiciza e estabelece pontos de ancoragem, dizemos, então, que a escrita dos primeiros viajantes possuía um espaço-momento de inscrição histórica que direcionava a interpretação nas cartas e nos relatos, segundo à memória de sentidos que, na Europa, as letras legitimaram.

De forma geral, o contato com estes textos nos permite compreender o trabalho desenvolvido, durante cinco séculos, por colonizadores/exploradores, administradores, cronistas, naturalistas, médicos e cientistas, ao longo das trajetórias que buscavam, nas “descobertas” e na cartografia dos elementos naturais, construir leituras que, orientadas por práticas determinadas, se filiaram a diversas regiões do saber. Este trabalho de observação-descrição construiu para nós um veio pelo qual acessamos as possibilidades interpretativas de cada perfil de leitores nas/das viagens.

Os relatos, as cartas e os documentos jurídicos que registraram as grandes viagens e expedições ao Brasil são redistribuídos segundo arranjos e filtros temáticos que obedecem aos objetivos de cada empreendimento. Castrillon-Mendes (2000, p. 23/24) nos mostra como se organizou o processo de colonização – territorial e científico-

exploratório –, de acordo com a relação que cada viajante estabeleceu com o seu fazer na viagem.

A autora considera que cinco foram as formas assumidas pelos observadores, a saber

*O informante*, empenhado em manter a Coroa Portuguesa em dia com os acontecimentos; o *missionário*, visando a fins religiosos e de catequese; o *aventureiro*, que enfrentava os perigos da terra à procura de sensações novas; o *narrador*, voltado para os interesses da terra e o *naturalista*, dedicado aos estudos científicos da natureza (Grifos da autora).

Nessa perspectiva, nos textos produzidos durante as viagens, possibilitou-se a produção de discursos específicos, que textualizaram, como nos lembra a autora, a relação estabelecida entre os viajantes e o governo português. As descrições que assumiram as formas de relato representaram, por sua vez, os efeitos de sentido ligados às atividades a serem desempenhadas na colônia, mas se aliaram também ao projeto de construção do acervo que direcionou os gestos de leitura (PÊCHEUX, 1994) para/nas literaturas de informação e formação.

Havíamos iniciado, em um trabalho anterior (2016), a discussão sobre a classificação que inscreve e divide a cultura das viagens em três segmentos ou, como afirma Zoppi-Fontana (1999), em “lugares distintos da produção discursiva”, que, por sua vez, representam e sustentam discursos e sentidos inerentes a esses espaços: as viagens *exploradoras*, *administrativas* e *científicas*. No interior da massa de textos que pertencem a esses lugares discursivos, o historiador ou viajante compunha a narrativa do observado, respeitando as funções a que estava sujeito e ao objetivo de cada expedição.

As viagens exploradoras destinavam-se a percorrer um território pouco conhecido e foram empreendidas, em sua maioria, por holandeses, franceses e ingleses, interessados nos territórios sob o controle lusitano. As viagens administrativas, ou viagens colonizadoras, foram ligadas às práticas de delimitação do território e de incremento das fronteiras brasileiras, em que a Coroa portuguesa se ocupou de demarcar rotas, realizar traçados fronteiriços e avaliar potencialidades econômicas do território. Compreendendo a segunda metade do século XIX, as viagens ou expedições científicas eram comandadas por naturalistas e pretendiam coletar espécies – vegetais e animais – dos reinos da natureza.

Podemos definir o lugar de funcionamento do discurso – em nosso caso aquele produzido pela relação do escritor com as condições de produção de seu texto – no/pelo processo de interpelação/identificação do sujeito pelas atividades circunscritas nos

objetivos de cada viagem (ZOPPI-FONTANA, 1999). Em outras palavras, estes segmentos através dos quais se ligavam as viagens e as expedições, conformam o que chamamos de lugares de funcionamento do discurso e organizam, nessa direção, a relação entre o governo, o viajante e o texto produzido, sinalizando o que pode/deve ser dito e impondo a ilusão de transparência dos sentidos, nos relatos.

Esse fato implica também considerar que os objetivos das viagens, tal como as consideramos (exploração, administração e cientificização), instituem relações com os mecanismos institucionais, representados pela soberania do Estado, de individuação/controle do sujeito e do dizer, produzido enquanto registro escrito. A escrita do viajante se caracteriza, nesse viés, pela circulação, legitimidade e organização inerentes e constitutivas do que o governo delimita como sendo autorizado/necessário para cada viagem/missão. Sendo assim, os textos das viagens devem atingir os domínios de saber de cada expedição, mais ou menos descritiva/narrativa ou religiosa, e preservar a ilusão da literalidade do sentido e da transparência das informações.

Em relação aos textos informativos, ou seja, aqueles que integram a literatura dos documentos jurídico-administrativos, das cartas, dos ofícios e das instruções, que dão a conhecer o Novo Mundo, compreendemos que estes fazem parte de um espaço de construção discursiva que exageravam as qualidades da terra então descoberta e apostavam nas possibilidades de consolidar e expandir riquezas.

A outra parte do conjunto de textos produzidos neste período, chamada de literatura de formação ou catequética<sup>23</sup>, reuniu os escritos dos jesuítas que vieram à colônia em missões religiosas, a partir do ano de 1549. Nestes textos, observamos não só como o processo de catequização/conversão foi se dando entre os povos originários, mas entramos em contato também com a forma pela qual estes padres construíram leituras sobre os hábitos, os costumes e as língua indígenas.

Dentre os textos produzidos no/sobre o Brasil, damos destaque a alguns deles: a Carta do “descobrimento”, escrita por Pero Vaz de Caminha, em 1500, e publicada pela primeira vez no ano de 1817; o Tratado da terra do Brasil, escrito por Pero de Magalhães Gandavo, por volta do ano de 1570; a História da Província de Santa Cruz, descrita por Pero de Magalhães Gandavo; o Diálogo sobre a conversão dos gentios, em que o Padre Manuel da Nóbrega, no ano de 1557, faz um relato detalhado sobre o processo de injunção

---

<sup>23</sup> Os principais jesuítas do período da colonização foram Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim e José de Anchieta.

dos indígenas à fé cristã; e o Tratado descritivo do Brasil, produzido no ano de 1587, de autoria do português Gabriel Soares de Sousa.

Como mostrando, as expedições exploradoras e as missões religiosas financiaram viajantes colonizadores e jesuítas em empreendimentos que nos legaram uma documentação importante sobre o processo de constituição do país Brasil. A construção do discurso que se legitimou desse processo promoveu uma série de apagamentos outros que não se fazem presente na transparência da história sobre a “descoberta”. E esse descobrimento nasceu, então, como um (e)feito histórico que nos permitiu, ao longo deste capítulo, mostrar alguns pontos em que se ancora a desnaturalização do discurso, por meio da identificação de seus lugares de funcionamento e filiação.

Entre memórias e esquecimentos, entre aquilo que se quer registrar e aquilo que realmente se põe em relato, a viagem torna-se um acontecimento discursivo que coloca o observador, embora submetido às formas político-ideológicas de controle, sempre em um movimento de errância, de dispersão e de incompletude.

Nesse capítulo, realizamos um percurso de leitura a partir da instalação/ocupação do território brasileiro, pelo português, de modo que pusemos em visibilidade as condições de produção-circulação do discurso das “descobertas” /do “descobrimento”. No próximo capítulo, trataremos de algumas expedições científico-culturais que, já descoladas do exercício do discurso colonizador-territorial que vimos caracterizando, produziram outras formas de controle e assujeitamento, agora pelo *poder/saber* que o discurso científico/cartográfico promoveu ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre/sobre os sujeitos-brasileiros.

## CAPÍTULO II

### EXPEDIÇÕES NATURALISTAS E CIENTÍFICO-DOCUMENTAIS DOS/NOS SÉCULOS XVIII E XIX

*Movimentos  
Escrevo porque me alivia  
E me organizo  
Às vezes é poesia  
Outras é granizo  
(Neusa Doretto, 2017)*

A colônia portuguesa representou o alvo sobre o qual se assentaram, inicialmente, os domínios exclusivos do colonizador português. Contudo, com a abertura dos portos, em 1808, a *terra brasilis* começou a atrair outros olhares estrangeiros, sobretudo a partir do século XVIII, pelas potencialidades de alargamento das fronteiras científicas que o território representava, diante de suas riquezas naturais, já constatadas durante as primeiras grandes viagens.

De acordo com Pfeiffer (2000), durante o período colonial, ao contrário da Espanha e da Inglaterra, Portugal não estimulou, sobre suas colônias, o desenvolvimento de estudos científicos, tampouco criou universidades, bibliotecas ou escolas de ensino superior. Assim, quase toda a atividade científica no Brasil vai limitar-se às missões estrangeiras que observavam, coletavam e classificavam os seus recursos naturais.

Consequentemente, no período pós-colonial, Portugal perdeu, em certa medida, o monopólio da exploração do território brasileiro e, assim, os interesses sobre suas terras e seus habitantes foram estendidos a outros países, deslocando os sentidos de *colonização* da relação *homem/Deus/território*, que guardava impressões da Europa medieval, para elaborar, sobre o atual império, uma cartografia de descrições detalhadas de seus elementos naturais.

Após a Idade Média, o discurso cartesiano, que sustentará, posteriormente, a formação discursiva positivista, operou um corte epistemológico ao instaurar a sistematicidade científica como base do pensamento racional, bem como orientou a produção dos relatos de viagem, que surgiram no interior das expedições científicas como “[...] ferramenta[s] para a compreensão crítica da ciência e da sociedade nos séculos XVIII e XIX” (FETZ, 2012, p. 40). Nessa perspectiva, a *discursividade romântico-naturalista* investirá, conforme Buscácio (2014), o viajante dos séculos XIX e XX do princípio da razão, cuja gênese sustenta a ideia de ciência como uma via pela qual se trabalha, necessariamente, através da comprovação de dados verificáveis, refutando, assim, as possíveis presunções do viajante-relator, próprio do século XVI. Como

decorrência, a atividade de verificação *in loco* culminou na cartografia de inúmeras espécies de plantas e animais, bem como em registros etnográficos de diversas tribos indígenas do Brasil.

Retomando a epígrafe que abre a discussão deste capítulo, colocamos em questão a escrita enquanto forma de organização do pensamento, veio pelo qual procuraremos interrogar os modos de constituição do dizer científico-exploratório-naturalista, sustentado pelo desenvolvimento dos trabalhos de patologistas, médicos, botânicos, biólogos, pintores etc., em expedições ao interior do Brasil e que recortam, historicamente, os séculos XVIII e XIX.

As expedições que sucederam as primeiras grandes navegações instituíram uma comunhão entre *ciência* e *arte*. Este fato se deu devido às práticas científico-exploratórias, impulsionadas pelos estudos de ciências naturais, estarem articuladas ao fazer artístico (pela fotografia, pintura e desenho de inúmeros mapas) pela necessidade de ambos – rigor científico e artístico – estarem sustentados no princípio da dúvida, tal como proposto pelo filósofo francês René Descartes, que colocou em suspeição o contato com o “outro”, conduzindo os trabalhos científico-culturais da época a um modelo teórico cuja produção pressupunha a investigação *in loco* dos fatores culturais/naturais.

A respeito do modo como a escrita organiza a atividade do sujeito-viajante, em nosso caso particular, vemos que há, entre o poema e uma formulação de De Certeau (1994, p. 200), um entrelaçamento, quando o autor afirma: “[...] a opacidade do corpo em movimento, gesticulando, andando, gozando, é que organiza indefinidamente um aqui em relação a um alhures, uma “familiaridade” em confronto com uma “estranheza””.

A interlocução que percebemos no dizer dos autores nos leva à compreensão de que a escrita, se assim concebida, é um movimento que estabiliza e completa o sujeito, ao mesmo tempo em que o oferece a ilusão de certeza/clareza e de sutura dos sentidos, visto ser legitimada, no caso dos relatos de viagem, como a natureza da língua(gem) autorizada, pelo Estado e suas Instituições, a dar legalidade e veracidade às informações coletadas. Nesse entendimento, a escrita aliava, nesses textos, religião, política e conhecimento, e colocava os habitantes do país nascente sob o governo europeu, seja sob a forma da obediência a Deus, seja pela forma do assujeitamento ao Estado, ou sob a forma de submissão ao saber (ORLANDI, 2013).

Sob essa perspectiva, de que forma o viajante dos anos 80/90 organiza sua escrita/seu texto, pondo-o em funcionamento em nome de uma dada discursividade?

No caso deste trabalho, trata-se de compreendermos de que maneira se organiza e faz-se circular um discurso sobre Daveron, em Cáceres-MT, pela memória produzida

sobre/pela sua permanência e por seus registros escritos. A análise desses *discursos sobre*, articulados tanto sob a forma escrita quanto pela oralidade, por meio de boatos e lendas urbanas, implica uma importância para o estudo dos círculos de expedições científicas, sobretudo as realizadas em Mato Grosso, uma vez que nos permite entrar em contato com questões da memória regional sobre esses viajantes/pesquisadores por parte dos moradores locais.

Concordamos que é na/pela língua que o sujeito se revela, entre atravessamentos ideológicos e inconscientes, ao olhar teórico-analítico-discursivo, cuja observação toma o texto da/sobre a viagem como unidade, não fechada e fixa, mas seccionada por leituras que cortam os fios da literalidade e da transparência do sentido e que garantem à interpretação a dispersão. Ambas as modalidades da língua mais conhecidas e importantes na função da viagem, oralidade e escrita, perpassam o trabalho do viajante, contudo, esta última finaliza e orienta sua tarefa, pela necessidade/possibilidade de levá-lo ao efeito de legalidade e de origem do dizer sobre o que vê.

Dessa maneira, as viagens científico-exploratórias-naturalistas possibilitaram a criação de um lugar de autoria para os viajantes-cientistas dos séculos XVIII/XIX, haja vista que estes escritores sofreram determinadas injunções em relação à sua escrita, e que foram decisivas para colocar em circulação certos sentidos sobre o Brasil.

Para pensar a caracterização da forma escrita dos relatos científicos dessa conjuntura, é imprescindível levar em consideração que a relação *sujeito/língua* é balizada pela noção de texto entrecortado pela heterogeneidade de leituras e pelas condições de produção. Nessa direção, partimos da premissa de que o dizer (sobre o) científico cria, nestes textos, posições-sujeito distintas no interior de cada expedição/missão, visto promover *efeitos-autoria* diferentes (GALLO, 1990), a depender da política linguística instituída em/para cada viagem.

São, portanto, estas problematizações que norteiam e costuram o trajeto de leitura que propomos neste segundo capítulo e que nos permitem, assim, retomar as condições de produção destes textos-registros.

## **2.1 Ciência e viagem no/ao Brasil: expedições dos séculos XIX e XX**

As condições para a manutenção da hegemonia portuguesa, na colônia, foram asseguradas, conforme mostramos, pelo apagamento que o discurso da colonização promoveu das versões outras sobre a(s) história(s) do Brasil.

Avançando nessa discussão, apresentamos, neste capítulo, a partir do discurso da descoberta/do descobrimento, a constituição de discursividades que se desdobraram, já nos séculos XIX e XX, em formas outras de controle/sujeição, pelo poder-saber de ordem científico-exploratória, por ocasião das viagens/expedições ao território brasileiro, após os primeiros contatos do português com os povos nativos.

Tratamos, especialmente, das viagens e expedições de cunho naturalista<sup>24</sup> (realizadas por volta das décadas de 80 e 90), subsequentes à atividade de colonização, por Portugal, e que comandaram os gestos iniciais de cartografia/documentação dos elementos naturais do espaço, bem como de aspectos culturais de seus habitantes nativos. Trata-se do descolamento que vai de *conquistar/explorar* até *cartografar/documentar*, pelo modo mesmo que estas atividades promoveram/promovem, sobre os sujeitos-brasileiros, modos e sentidos de colonização.

O ano de 1808 foi marcado por um impulso no processo de investigação científica no Brasil, pois se trata do período da vinda de dom João VI (1767-1826) e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. A abertura dos portos brasileiros nesse ano trouxe a alteração do estatuto colonial que restringiu as viagens de estrangeiros pelo país. A partir de então, as expedições artísticas e científicas começaram a ser realizadas com o propósito de registrar e coletar espécies naturais (fauna e flora), objetos e habitantes, sendo que parte destas pesquisas foi encaminhada a museus e instituições estrangeiras.

Aliado a incentivos culturais fornecidos pelo governo português, iniciou-se um ciclo de viagens e missões científicas cujos resultados culminaram na criação de diversos espaços destinados à exposição/divulgação de pesquisas desenvolvidas na colônia, dentre eles, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional e a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), que marcaram o novo impulso ao desenvolvimento artístico e científico no Brasil.

As expedições científicas<sup>25</sup> foram, em geral, organizadas e integradas por estrangeiros, e tiveram, no Brasil do século XIX, o seu momento de expansão. Ao longo do período colonial brasileiro, a descoberta e a pesquisa científicas realizaram-se de modo esporádico – com exceção do governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco (1637-

---

<sup>24</sup> Neste capítulo, não traçaremos uma sequência histórico-cronológica de todas as missões científicas vindas, durante os séculos XIX e XX, ao Brasil, após a consolidação do discurso da colonização. Interessamos, no entanto, pontuar os objetivos, as motivações político-ideológicas e os desdobramentos das principais expedições, para que possamos estabelecer aproximações e distanciamentos da que teve como membro o cientista em questão neste trabalho – Alexander S. Daveron – a “Matto Grosso Expedition” (1930).

<sup>25</sup> Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3783/expedicoes-artisticas-e-cientificas-do-seculo-xix>. Acesso em 05 jan. 2019.

1644). Assim, esse governo atraiu, para Recife, sábios e artistas estrangeiros, no século XIX, iniciando um processo mais sistemático de estudo e pesquisa da flora, fauna, geografia e vida social do país.

A facilidade de navegação pelos rios e a crescente fabricação e importação de novas embarcações trouxeram, para o Brasil, diversos viajantes interessados em descrever não só o ambiente natural retratado durante as viagens, mas também a vida social e local dos lugares em que permaneciam a serviço das missões. Um dos primeiros cientistas desse período foi o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), que participou de uma expedição promovida pela marinha inglesa, cujo objetivo foi o de fazer um levantamento de dados cartográficos da América do Sul.

Dentre os diversos trabalhos científicos desenvolvidos no Brasil, destacamos alguns outros nomes importantes para a pesquisa estrangeira na colônia: o inglês Henrique Koster (que viveu no Brasil entre 1808 e 1819, publicando, em 1816, *Travels in Brazil*) e o botânico August de Saint-Hilaire (1779-1853) que, após viagens realizadas entre 1816 e 1822, publicou diversos volumes de *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*; o alemão Frederico Guilherme Sieber (que realizou estudos geológicos e botânicos na bacia Amazônica); os naturalistas Jorge Freyreiss (1789-1825) e Frederico Sellow (1789-1831), que acompanharam o príncipe alemão Maximiliano von Wied-Neuwied (um viajante e colecionador de plantas, objetos e pesquisador de línguas indígenas, autor de *Viagem ao Brasil*, 1820 e 1821); João Emanuel Pohl (1782-1834), que viajou pelo país entre 1817 e 1821 registrando a riqueza da fauna e seus minérios; e João Natterer (1787-1843), zoólogo, ornitólogo e entomólogo, que permaneceu no país entre 1817 e 1835. Boa parte desses pesquisadores ligou-se a expedições mais amplas, nas quais se associaram ciência e arte para documentação e pesquisa.

No âmbito das artes, sobretudo com a pintura, o desenho e a fotografia, destaca-se a importante expedição de pesquisa e produção de pinturas documentais, organizada pelo barão e médico Georg Heinrich Von Langsdorff (1774-1852), entre 1824 e 1829, a chamada Expedição Langsdorff. A expedição, que integrou o botânico Luis Riedel, o zoólogo Cristiano Hesse, o astrônomo Rubzoff, o desenhista-topógrafo Hercules Florence (1804-1879) e o pintor Rugendas (1802-1858), produziu um rico acervo iconográfico ao longo dos 17 mil quilômetros percorridos, que incluíram os atuais estados de São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. Hercules Florence foi o responsável por aquarelas sobre o ambiente natural e social do Brasil (*Habitação dos Apiacás sobre o Arinos*, 1828); Rugendas registrou a expedição em *Viagem Pitoresca pelo Brasil* (1834) e o pintor Adrien Taunay (1803-1828) desenhou paisagens e registros da vida social

Bororo (*Agrupamento dos índios Bororo do Acampamento Chamado Pau-Seco, entre os Rios Paraguai e Jauru*, 1827).

No Rio de Janeiro, em 1816, houve a Missão Artística Francesa, que, embora não tivesse sido uma expedição artística e científica como as anteriores – já que o grupo de estrangeiros contratado se fixou institucionalmente no Brasil –, pode ser incluída nessa lista devido à obra deixada por alguns de seus integrantes. O grupo de artistas da Missão incluía Debret<sup>26</sup> (1768-1848), professor de pintura histórica na AIBA, que ficou responsável por descrições detalhadas da vida social brasileira, retratando a vida na corte, o trabalho escravo, a cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano, a família etc. O pintor Nicolas Antoine Taunay (1755-1830) é outro integrante da Missão e foi contratado para inaugurar a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, nome anteriormente dado à AIBA. O pintor tornou-se conhecido pelas paisagens *Cascatinha da Tijuca* e *Paisagem do Brasil*, entre outras, e foi seguido por seu filho, Félix Taunay (1795-1881), autor de *Vista da Mãe d'Água* e *Mata Reduzida a Carvão*.

Observamos, assim, que o viajante do século XIX, mais precisamente o naturalista, representou o observador exemplar do Brasil, pois foi capaz de produzir um olhar civilizador dirigido aos trópicos e capaz de classificar, hierarquizar e sistematizar o que via. O naturalista estrangeiro forneceu, dessa forma, à elite científica europeia os subsídios necessários para construir uma identidade territorial, linguística e cultural para o Brasil.

A partir dos trabalhos de Orlandi (2013), vimos que as expedições dos viajantes naturalistas foram organizadas no campo das artes, da literatura e da história natural, uma vez que se configurou como um guia a orientar as idas e vindas dos viajantes pelo território brasileiro. Assim, o objeto do viajante-naturalista consistia em elaborar descrições detalhadas da natureza e de seus fenômenos naturais, que poderiam assumir diversas formas textuais, tais como vimos pelos trabalhos dos viajantes acima, de pinturas, desenhos, descrições da vida local com riquezas de detalhes etc.

Dessa forma, incluímos ao naturalismo, enquanto campo do saber, as atividades que tomam como seu objeto principal a *descrição* de fenômenos naturais, dentre eles, as línguas, os costumes e os povos brasileiros, ou seja, os viajantes, sobretudo os dos séculos XIX e XX, que pertenciam ao grupo dos naturalistas, buscavam descrever a realidade de

---

<sup>26</sup> A obra debretiana *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*, de 1834 (1ª edição brasileira, 1840), foi um dos mais importantes exemplos de pintura de valor documental realizados, sendo amplamente utilizada como fonte iconográfica para o estudo da sociedade brasileira e, mais recentemente, analisada por suas qualidades pictóricas, como expressão das dificuldades de aclimação do modelo neoclássico no país.

forma global, e esta atividade, pois, se realizava à esteira da tradição romântica e cujos pré-construídos sustentavam-se nas viagens empreendidas por Humboldt<sup>27</sup>.

Para grande parte dos naturalistas que vieram com o propósito de documentar a realidade natural do Brasil, os sentidos de compreender seus aspectos naturais se articulavam, na verdade, a uma possibilidade de construir um *locus* de observação e de exercício de práticas de exploração que se apresentassem potenciais para a expansão das pesquisas científicas europeias. Isto é, as riquezas naturais, a diversidade dos animais, dos vegetais, dos minerais e a heterogeneidade das populações encerravam, aos olhos dos viajantes, espaços possíveis de construção de discursos *sobre*.

Nessa direção, podemos dizer que o olhar do estrangeiro sobre o Brasil, nessa conjuntura histórica, já investe o gesto de leitura produzido pelo lugar discursivo que o viajante/cientista ocupa diante das transformações e das cisões teóricas operadas na Europa dos séculos XIX e XX. Daí falar-se, assim como o faz os campos da Sociologia e da Antropologia, em pré-conceitos e formas modernas de olhar o mundo.

Fetz (2012, p. 42) retoma esta questão afirmando que:

A entrada de naturalistas no Brasil fortaleceu a imagem da natureza do Novo Mundo, traduzido na forma de um imperativo quase que insuperável pelo mundo cultural. Período de transformações é o mundo físico e social, que foi objeto de estudo de inúmeros viajantes europeus, que incorporou o saber, o método, a epistême, bem como os preconceitos traduzidos na forma de etnocentrismo calcados na forma moderna de ver, qualificar, classificar e ordenar o mundo.

Dito de outro modo, o que o autor chama de “fortalecimento da imagem da natureza do Novo Mundo” refere-se à produção de um saber científico que entra em circulação justamente pelo apagamento do discurso que legitimava esse Novo Mundo com um lugar edênico e inóspito, pois começa a revelar, assim, o que, de fato, essa natureza apresenta em aspectos naturais e singulares de cada região do país. O dizer naturalista se constitui como um saber científico, então, pelo mecanismo de “dar a conhecer” os espaços naturais, os sujeitos e suas línguas, em suas especificidades.

---

<sup>27</sup> O naturalista alemão Alexander Von Humboldt preconizou os estudos científicos que alavancaram, posteriormente, as expedições naturalistas pelo interior do Brasil, sendo considerado o fundador da moderna geografia física. Durante suas pesquisas, o viajante desenvolveu diversos conceitos relacionados às ciências naturais, como o de *meio ambiente geográfico*: as características da fauna e da flora de uma região estão intimamente relacionadas com a latitude, com o tipo de relevo e com as condições climáticas existentes. Além disso, as pesquisas de Humboldt também corroboraram as investigações da fitogeografia, da zoologia e das ciências humanas, bem como contribuíram na ampliação de conhecimentos arqueológicos, históricos e etnográficos sobre as províncias do ocidente. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/79>. Acesso em 20/11/2018.

Façamos, em seguida, uma análise de duas SDs do diário de viagem do desenhista francês Hercules Florence<sup>28</sup> (1877), a partir das quais, podemos estabelecer alguns pontos de escuta dos sentidos constitutivos do dizer naturalista:

SD 1 – Quando estávamos acabando de almoçar, ouvimos um barulho de corneta e pela avenida da direita do grande pátio apareceu-nos um grupo de índio. Vermelhavam de urucum: adiantavam-se um a um, tocando o primeiro da frente um instrumento que parecia ser um chifre de boi, e cujo som é singular. [...] quando chegaram ao meio do pátio, fomos ter com eles. Eram todos altos, bem feitos e robustos. Suas fisionomias tinham uma fereza que ainda não víamos em outros índios. As compridas e espessas cabeleiras caíam-lhes até o quadril, cobrindo as espáduas e avolumadas ainda mais por punhados de longas crinas de cavalo, negras e lisas como seus grosseiros cabelos. [...] À cabeça traziam vários enfeites de penas de araras de cores vivas, artisticamente dispostas em leque.

SD 2 – [...] O rio é farto de pescado, sobretudo de junho até fins de dezembro. Então é o alimento principal do povo. Pescam-se muitos pacus, dourados, piracanjubas, pias, piracachiaras, jiripocas, palmitos, cabeçudos, corimbatás, peixe-rei, etc.

Como vemos, as SDs apresentam um relato feito por Florence dos indígenas, com alguns de seus costumes e características físicas, e do rio, pela sua diversidade de peixes e pela relação com os habitantes do lugar. Relatos como este poderiam incluir também considerações sobre a biogeografia, climas, topografia, presença de animais, agricultura, doenças reinantes, costumes dos habitantes, instituições administrativas etc.

Nessa direção, observamos que estes materiais significantes funcionam tanto como um inventário de espécies de animais e de descrições humanas, que interessam, sobretudo, à história natural, como também sobre a questão de que estamos tratando, ou seja, o dizer naturalista. Nas palavras de Pêcheux (1994, p. 57), o *arquivo* diz respeito a um “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, assim, entendendo documentos como textos e combinações linguísticas que retomam uma determinada memória discursiva, podemos dizer que há, pela forma como Florence elabora suas descrições, um processo de repetição que o inscreve em uma memória do dizer, própria do naturalista.

---

<sup>28</sup> Hercules Florence integrou, de 1826 a 1828, a Expedição do Barão de Langsdorff, cônsul da Rússia, no Brasil. Esta missão artístico-científica contou também os trabalhos do botânico Ludwig Riedel, do astrônomo Rubtsov e de Aimé-Adrien Taunay, em diversos estados brasileiros, dentre eles o Mato Grosso, e teve como objetivo principal realizar novas descobertas científicas, geográficas, estatísticas e o de estudar novos produtos ainda não documentados pela história natural. Assim, Florence, um dos principais pintores e desenhistas da Expedição, reuniu diversas descrições e desenhos sobre paisagens, cidades, festas, fazendas e habitantes na obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, que foi traduzida, futuramente, por Visconde de Taunay.

Orlandi (2006), ao tratar sobre a questão do arquivo, diferencia dois tipos de memória, a saber, a *memória discursiva* e a *memória institucionalizada*. A memória discursiva é composta pelos esquecimentos aos quais estamos sujeitos dos dizeres já constituídos, mas silenciados pelas condições de produção das formulações.

Borges (2012, p. 171) observa que a memória discursiva

[...] concerne ao que se inscreve na constituição do sujeito e, assim, sustenta o (in)dzível desse sujeito, pois onde se produzir memória, produz-se linguagem: uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo. A memória, assim pensada, dispensa rememoração, porque ela já está registrada nos corpos [e na linguagem] e organiza a relação com o real.

A memória institucionalizada está ligada à noção de arquivo, pois funciona, ao contrário da memória discursiva – que se atualiza em constantes retornos em formas de diferentes pré-construídos –, pela capacidade de estabilização dos sentidos.

Quando nos referimos ao arquivo, a nossa compreensão é a de tomá-lo como um dizer documentado, que atesta sentidos, efeitos de relações de forças. No arquivo, há, portanto, um fechamento, pois, conforme formula a autora (*idem*, p.22), “[...] a memória de arquivo representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”.

Os sentidos produzidos, nestas SDs, colocam-no em contato com o discurso naturalista na medida em que fazem funcionar o *efeito da visibilidade*, que dá a conhecer e exalta as potencialidades e as riquezas naturais do lugar, bem como a memória do discurso sobre as viagens, marcada pela laicização da retórica e pelo rompimento com as descrições de cunho fantástico e enigmático.

O *efeito da visibilidade* joga, nesse caso, com as descrições detalhadas que o viajante faz em seu texto, a partir das nomenclaturas dos peixes – pacus, dourados, piracanjubas, pias etc., – atribuindo à redação um caráter classificatório e enciclopédico. Assim, colocar em *visibilidade* refere-se a classificar, por meio de um efeito de nomeação do observado, ao contrário do que faziam os viajantes dos séculos XV e XVI, cujas escritas eram produzidas com fins apenas de constatação e de atestação.

Interessa-nos mostrar, ainda, que o deslocamento da *narração* para a *descrição* também produz sentidos sobre a escrita do naturalista, visto retomar a polêmica linguística a respeito das mudanças na retórica, que tem, entre a Idade Média e o Iluminismo, seu marco principal. A passagem narração/descrição, na história dos

discursos sobre o Brasil, refere-se ao modo de significar a realidade brasileira no interior da relação estabelecida entre história e ciência, assim, Orlandi (2013, p. 337) retoma essa questão quando afirma que

Se no século XVI, é o discurso sobre a cultura, os costumes, a religião, que ocupa a frente da cena da cientificidade, no século XIX é antes o inventário das espécies que desempenhará o papel. Os longos relatos (em que a narrativa simula a dissertação) o relatório dos viajantes e missionários cederão seu espaço às exaustivas descrições e aos diários de campo, assim como às classificações dos objetos, seja da fauna, da flora ou das línguas, seja dos habitantes, das raças.

As primeiras grandes viagens serviram, além de indicar as possibilidades de conquista para expansão de domínios territoriais e de servidão à Igreja/ao Estado, para atestar e contemplar os feitos da criação divina, ao mesmo tempo em que se caracterizava como diabólico toda a prática considerada diferente da tradição europeia. Dessa forma, legitimou-se, como uma política linguística que impôs sentidos para a escrita dos relatos, a *narração*, marcada por um efeito contemplativo da natureza e do homem que estavam, por sua vez, sob o controle absoluto do divino/do criador.

Já das viagens empreendidas no final do século XVIII derivavam relatos que se afastavam da dicotomia divino/diabólico, pois o homem, afetado pelo surgimento das ciências, começava a colocar em questionamento tanto o produto final da realidade quanto, e principalmente, seu processo de construção. Isso equivale a dizer que, nessa direção, a *descrição* dos elementos naturais, de maneira detalhada e concisa, foi pré-construída sobre as mesmas condições históricas de produção da base do pensamento científico, uma vez que o que interessava a estes estudiosos/viajantes era mostrar de que forma os elementos se articulavam na/para produção final de um determinado estado de coisas.

Ainda sobre a constituição da memória da escrita dos relatos de viajantes, Orlandi (2013, p. 341) diz que

Na história do Brasil, esta passagem se dá nos fins do século XVIII e no século XIX, e é representada, na retórica, pela passagem dos relatos de viajantes e missionários para as descrições de viajantes e estudiosos. Isto corresponde a uma laicização da Retórica, anunciando os traços do espírito liberal e positivo. O discurso correspondente é o discurso naturalista.

Assim, este efeito de visibilidade que o texto de Florence produz se ancora ao funcionamento de um dizer que, laicizado, é distanciado de presunções e de

contemplações do viajante segundo uma doutrina religiosa. A laicização do dizer de que fala a autora cristalizou, para os viajantes naturalistas, um modo específico de olhar para os sujeitos-brasileiros e para suas línguas de forma que estes não aparecem em seus relatos senão por um efeito de classificação, de cartografia.

Nessa direção, observamos que Florence hierarquiza o quê, como próprio do funcionamento do discurso naturalista, ou seja, mostra o que, aos olhos do europeu, se apresenta como uma potencialidade do lugar, representada pelo Rio, pelo que este oferece aos seus habitantes (diversidade de peixes), mas também indica, pela relação que faz do homem com o animal, a condição de não civilidade, de barbárie, que os povos originários ainda viviam.

Vejamos, ainda, que esta comparação que o viajante faz entre o homem (indígena) e um animal (cavalo) atualiza a memória de civilidade/não civilidade sobre a qual o discurso naturalista se sustenta, uma vez que este nasce justamente do rompimento com a comparação entre o homem e Deus, tal como era comum nos primeiros relatos produzidos, na Idade Média, sob a égide da Igreja católica. Assim, o dizer naturalista se constrói, pela verificação, na análise e na classificação daquilo que o viajante consegue ver e descrever, pois este se torna capaz de estabelecer comparações que o conduzem a aproximar e/ou distanciar os objetos/línguas/sujeitos sobre os quais escreve.

As SDs que Florence nos apresenta permitem-nos, ainda, ir um pouco mais além à problematização do discurso naturalista, visto levantar questões em relação à forma pela qual o sujeito, na/pela escrita, se inscreve na língua e é por ela afetado para significar. Referimo-nos, mais precisamente, à pergunta que fizemos inicialmente neste capítulo sobre o modo como o sujeito, neste caso o viajante, organiza seu texto em nome de uma dada discursividade para se constituir em um processo de autoria do que diz/escreve.

Se nossas problematizações se construíram em torno da discursividade naturalista, de que maneira, portanto, esta fornece os mecanismos, da ordem da língua, que produzem, no sujeito-viajante, o efeito de evidência de ser a origem do que diz, constituindo-se, logo, como autor?

Gallo (1990) nos lembra que a autoria se refere a um efeito no sujeito, que, para constituir-se autor, necessita pressupor estar na origem do que formula, assim, o processo de construção da autoria funciona pela relação que o escritor estabelece com sua escrita, dada uma certa política linguística, determinada pelas condições político-ideológicas do momento histórico no qual esta escrita se elabora.

No caso do relato de Florence, temos como base o pensamento científico-racional, que buscou investir, no século XIX, o texto dos viajantes de efeitos de unidade, coerência,

progressão e não contradição, assim, as próprias condições de produção das descrições dos elementos naturais impuseram, aos relatores da fauna e da flora brasileiras, um lugar de produção da autoria que não fosse possível senão por um texto capaz de sistematizar, estruturar, de forma coerente/sem equívocos, a realidade observada.

Orlandi (2012) nos alerta para o fato de essa maneira de escrita se constituiu nas/pelas injunções do lugar da *função-autor*, própria do sujeito-pragmático cuja retórica foi historicamente marcada pelo exercício do bem dizer/falar. Trata-se, nessa *função*, de um efeito imaginário que se realiza pelo reconhecimento, do escritor, como o responsável/a origem pelo/do dizer em um texto estruturado por um efeito-texto que não se constitua fora dos princípios formais de escrita: início, meio e fim e não contradição.

Este mecanismo de estruturação é possível de ser visibilizado se levarmos em conta, como recursos próprios da escrita, as *exemplificações*, bem como as *comparações*, que Florence fornece ao leitor, posto que, para o escritor, estes gestos tanto certificam a clareza da redação do texto, na medida em que lhe atribuem efeitos de completude/fechamento, quanto legitimam e dão veracidade às informações coletadas.

Sob essa compreensão, podemos dizer, a partir de Pêcheux (2001), que se deve haver o apagamento das condições de produção da escrita/leitura para que ocorra os processos de construção da autoria, haja vista que o sujeito, afetado pelo esquecimento destas condições e pelo imaginário de origem, antecipa sobre si os efeitos que seu texto produzirá sobre o outro. Inscrito em um lugar em que a produção da autoria pressupõe a descrição e a veracidade dos fatos observados, Florence é afetado pela função-autor-leitor que sofre as injunções de uma política linguística marcada pela oposição à *narração*, à contemplação, e atestação dos fatos, constituindo no espaço em que a escrita só é possível pelo *efeito de visibilidade*, próprio do dizer naturalista.

Como vimos, nos séculos XIX e XX, a função cabida ao viajante-europeu, em particular<sup>29</sup>, eram as de *coletar*, *documentar*, *coleccionar*, *cartografar*, que, por conseguinte, supunham o contato presencial com o objeto a ser estudado, que, na época, compreendia a investigação da predominância de espécies do reino natural (vegetal e animal), bem como de traços culturais e de costumes indígenas. Trata-se de uma conjuntura histórica que atribuiu à viagem, mais precisamente às expedições, a atividade científica por excelência: foram, pois, pelas possibilidades que a viagem representava, de

---

<sup>29</sup> Particularizamos ao trabalho do viajante europeu as atividades de registro e de documentação, tendo em vista que às outras missões científicas, sobretudo as americanas, atribuímos um caráter prático e aplicado no que diz respeito ao relacionamento com os objetos estudados, pois, como veremos com os propósitos da “Matto Grosso Expedition” (1930), estas missões científicas, por serem de tradição pragmática, desenvolveram seus trabalhos de forma mais experimental e laboral.

deslocamento e de contato, que se inaugurou, a partir dos anos 80, uma discursividade científica sobre os países do ocidente.

O Brasil, assim como outros países de posse europeia, após longos anos sob a força e a hegemonia portuguesas, passou a fazer parte de uma nova forma de tutela, que, pelo veio cultural e científico, permaneceu a ser tomado por novas fontes de teorização/observação: a ciência e a arte.

Vejamos, assim, que o próprio termo *colonização*, nesse caso, não pode ser compreendido somente como parte do processo histórico de permanência do governo português no Brasil, tendo em vista que representa também as diversas formas de sujeição às quais os sujeitos-indígenas estiveram/estão ligados, dentre elas, as próprias atividades desenvolvidas pelas expedições/missões científicas empreendidas no território brasileiro, por países como Estados Unidos, França, Espanha etc.

A discussão sobre o termo *colonização* estende-se para a questão do imaginário da posse e da conquista da terra, conforme vemos a história, naturalizada, repetir. Contudo, concordamos que se trata de um vocábulo fruto de um efeito histórico de, na verdade, diferentes formas de *colonização*, as quais o Brasil esteve/está sujeito. Quando falamos em *colonização*, colocamo-nos diante de memórias discursivas tantas que o próprio termo não consegue abarcar e, em razão disso, acaba por silenciar as outras formas de *colonização*, que, esquecidas, deixam de significar quando mencionamos a palavra. Estas formas outras referem-se à produção científica, literária, cultural, política, que, no Brasil, historicamente, foi atravessada pelo olhar do outro.

Dessa maneira, ir à contramão da naturalização do termo em questão nos autoriza a interrogar sobre modos de *colonizar* que estiveram/estão vigentes em nosso processo de individuação, problematizando as maneiras pelas quais o dizer do outro ainda instrumentaliza e produz efeitos na constituição da identidade brasileira.

Embora os estudos de Orlandi (2008), a respeito da construção dos discursos sobre o Brasil, sobretudo os pertencentes aos séculos XIX e XX, tenham se concentrado nos textos produzidos por viajantes europeus, tornou-se necessário trazê-los à discussão para que, no próximo capítulo, possamos estabelecer pontos teóricos de distanciamento em relação à missão científica americana da qual nos propusemos a tratar – *Matto Grosso Expedition*, de 1930.

A autora nos mostrou que o saber científico, sistematizado, posto em relato, nas/pelas viagens, foi colocado em circulação pela discursividade humanista que, imaginaria e ilusoriamente, centraram o sujeito, conferindo-lhe a responsabilidade, a vontade e a certeza da produção, da descrição/análise e do controle sobre seu objeto do

conhecimento. Tratou-se, assim, de interrogar a tendência filosófica do viajante humanista europeu, que se constituiu, conforme Pêcheux (1988, p. 153/154), sobre a evidência de sua “existência espontânea”, isto é, o sujeito “[...] como único, insubstituível e idêntico a si mesmo [...] participante do teatro da consciência”, legitimado por um “eu vejo, eu penso, eu falo, eu sou”.

A leitura que fizemos, ao longo deste capítulo, possibilitou-nos compreender algumas formas pelas quais a língua se articula e os sentidos se textualizam, dadas certas condições históricas de leitura/escrita, nos relatos de viagem, que, por sua vez, constroem lugares de produção discursiva para o escritor-viajante. Assim, a produção dos relatos científicos e artísticos, ligados às expedições dos séculos XIX e XX, foi orientada, conforme mostramos pelo texto do francês Florence, pela inscrição/pertencimento aos objetivos do governo, pela discursividade vigente, que, por sua vez, estabeleceu mecanismos de sujeição do viajante à língua escrita e pelo efeito de legitimidade que esta mesma escrita efetivou na/para construção de um lugar de autoria para este viajante.

### CAPÍTULO III

## A RELAÇÃO SUJEITO/LÍNGUA/CIDADE NAS VERSÕES DOS/SOBRE OS “DAVERONS”

*O boato afeta o ritmo do dizer, sua temporalidade, jogando na relação das palavras com o silêncio. Por uma relação ainda muito pronunciada com o silêncio face às palavras, pelo boato, dizendo de menos, dizemos mais. Deixam-se ver os flancos do dizer. Margens de equívocos, de incerteza. (ORLANDI, 2012, p.134)*

Os modos pelos quais as versões são construídas pelos/nos sujeitos representam a(s) maneira(s) em que a língua é colocada em funcionamento, nas mais variadas materialidades significantes. Assim, o sujeito, ao dizer/escrever, se inscreve em um processo de linguagem que o coloca ao nível da repetição ou da substituição dos significantes do arquivo da língua, compreendido como um espaço que disponibiliza, ao sujeito, dizeres historicamente constituídos. Ler discursivamente os arquivos é compreender que a sua relação com os sujeitos se dá pela mediação da língua e da história, posto que ambas funcionam tanto pela linearidade quanto pela substituição: na formulação, há sempre algo que se repete, que não se pode deixar de dizer, mas também há algo que se esquece, que se perde, em outras redes significantes.

Nosso propósito é o de dar visibilidade, pelos materiais de análise que reservamos para este capítulo, de que maneira a língua media a relação dos sujeitos com o(s) arquivo(s) que disponibiliza(m) dizeres historicamente estabelecidos sobre a presença/relação de Daveron na/com cidade de Cáceres, considerando-o pelas condições da produção/imposição/manutenção do conhecimento científico, no/sobre o Brasil, na segunda metade dos anos 90, conforme mostramos ao longo do segundo capítulo. Em outras palavras, mostramos que os dizeres que circularam/circulam sobre o cientista marcam determinadas relações do sujeito com o imaginário como sendo atravessadas pela história e por suas versões. A língua, por sua vez, é o lugar próprio de (re)formulação dessas versões, visto possibilitar repetições/deslocamentos entre termos no espaço do arquivo.

Dessa forma, ao longo deste capítulo, analisamos alguns textos que, discursivamente, representam o funcionamento da língua e, conseqüentemente, compõem o arquivo disponível sobre Daveron, articulando, nesse percurso, a dois espaços-tempo de constituição da memória discursiva: a memória da/sobre a colonização portuguesa, no Brasil, cuja instituição se deu ao longo dos primeiros séculos da posse das terras

brasileiras/dos povos originários pela exploração-conversão, e a memória da produção científica e cartográfica que condicionou o Brasil/sujeito-nacional à colonização científica e cultural, inscrevendo, na/pela relação colonizador/colonizado – e em suas paráfrases, estrangeiro/morador local – autorizações e interdições de determinados sentidos para a história nacional.

Em um primeiro momento, trazemos parte da biografia, de notícias e de descrições produzidas/circuladas pela mídia local<sup>30</sup>, que incluem depoimentos e comentários de moradores a respeito da presença/permanência de Daveron na cidade. Em seguida, SDs do curta-metragem “Daverson: prazer em revê-lo”, construindo, assim, um ponto de escuta dos sentidos que marcam as versões (re)contadas pelos moradores sobre Daverson.

Frente à necessidade de fazer um levantamento das diferentes versões produzidas sobre a permanência de Daverson em Cáceres, dada a sua importância para compreendermos melhor a história da cidade, buscamos desnaturalizar as repetições que insistem/resistem em cada versão contada, observando quais sentidos acompanham a passagem da oralidade para a escrita, principalmente da versão legitimada e assumida como a oficial. Trata-se, então, de compreendermos, pelo que a sintaxe da língua nos disponibiliza, como estes textos se constituem como espaços de resistência, de contradições e de reformulações de versões, cujas brechas, intervalos significantes, escondem/despistam sujeitos e sentidos.

### **3.1 O dizer oficializado sobre Daverson e o arquivo: memória de colonização**

O médico, cientista e norte-americano Alexander Solon Daverson (1899-1987) nasceu em Oakland, Califórnia, onde, também, se especializou em Patologia, em 1922, pela Universidade da Califórnia, Berkeley. A vinda do patologista ao Brasil se deu em razão de um convite para integrar a *Matto Grosso Expedition*, em dezembro de 1930, como seu principal médico. Esta Expedição tinha, inicialmente, objetivos científicos e investigativos de espécies da fauna localizada no oeste do Brasil, mais precisamente na região que compreende do sudoeste mato-grossense até o território boliviano.

Durante sua trajetória na Expedição, Daverson teve contato com Cáceres, então chamada de São Luiz de Cáceres, pois a cidade foi o principal local de estada dos membros da Expedição. Inicialmente, antes de adquirir sua propriedade na cidade,

---

<sup>30</sup> A mídia local à qual nos referimos representa os jornais de circulação impressa e digital, como *O Correio Cacerense*, bem como *blogs* mantidos por moradores locais que tratam de acontecimentos, notícias e curiosidades da vida cacerense.

Daveron teve contato com indígenas da região, que o acompanharam durante as missões e coletas de materiais científicos sobre morcegos vampiros no pantanal.

No tempo em que esteve no Brasil, Daveron fez viagens ao Rio de Janeiro, onde realizou, durante dois anos, uma pesquisa sobre a leishmaniose em parceria com Evandro Chagas, filho do médico e pesquisador Carlos Chagas. Nos anos seguintes, a partir de 1937, Daveron se fixou na região da fazenda Descalvados, em Cáceres, onde estabeleceu um laboratório de pesquisa sobre morcegos e, também, sobre tripanossomíase equina.

O trabalho que Alexander Solon Daveron desenvolveu na cidade de Cáceres, contudo, permaneceu/permanece ainda muito indistinto para a população local e até mesmo para o governo da cidade, uma vez que seu acervo, todo produzido em língua inglesa, não recebeu, até o momento, uma versão oficializada para a língua portuguesa, assim, as pesquisas realizadas sobre Daveron restringem-se ao detalhamento de sua biografia, que inclui, normalmente, informações sobre o período em que o patologista permaneceu em Cáceres e também sobre suas viagens de retorno aos EUA.

Dessa maneira, o que a mídia local, por meio dos jornais e a da Secretaria de Turismo, atual SICMATUR (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo), colocam como sendo a verdadeira história de Daveron articula-se ao que a UNEMAT, por meio do NUDHEO<sup>31</sup>, legitimou como sendo a versão oficializada, mas que, na verdade, permanece esbarrando na incerteza do conteúdo dos documentos deixados por Daveron, durante sua trajetória científica.

A residência construída por Daveron em Cáceres compreende, atualmente, o espaço da SICMATUR que reserva e disponibiliza à população da cidade e aos visitantes alguns objetos e parte da mobília utilizada pelo norte-americano durante sua permanência. À margem esquerda da Secretaria, o trecho do Rio Paraguai tornou-se conhecido como a “Praia ou Baía do Daveron”, denominação reconhecida pela prefeitura da cidade, que também autorizou a construção do túmulo de Daveron na entrada de sua antiga propriedade.

---

<sup>31</sup> O NUDHEO – Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral – é responsável pela coleta, organização e disponibilidade de arquivos referentes à história e à administração da cidade de Cáceres. Este instituto tem sua sede em Cáceres e está atualmente vinculado ao Departamento do curso de História, da UNEMAT. O Núcleo reúne e preserva, entre outros documentos, as primeiras edições dos jornais locais, textos escritos pelos primeiros administradores de Cáceres e fotografias das construções iniciais da cidade. Os textos escritos por Daveron encontram-se disponíveis para consulta/pesquisa no NUDHEO, entretanto, a maior parte deste material ainda se encontra inexplorada por não ter sido traduzida para a língua portuguesa.

Nas fotografias abaixo (2016)<sup>32</sup>, vemos, além das características da entrada do lugar, alguns objetos, tais como barcos, arreio, máquina de escrever etc., utilizados por Daveron durante sua expedição:



Imagem I - Entrada da propriedade de Daveron (atual SICMATUR)

Fonte: <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/4153/sicmatur#.XHv0WNNKjIU>



Imagens II e III – objetos pessoais e mobília

Fonte: <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/4153/sicmatur#.XHv0WNNKjIU>

---

<sup>32</sup> Os créditos das imagens são de Thaís Sabino e encontram-se disponíveis em: <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/4153/sicmatur#.XHv0WNNKjIU>. Acesso em 07 jul. 2018.



Imagem IV – parte da mobília e instrumentos utilizados nas missões científicas  
 Fonte: <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/4153/sicmatur#.XHv0WNNKjIU>

De fato, como vemos, Daveron tem grande importância e representatividade para a população em geral. O que reitera esse fato são os sítios de significação produzidos após o falecimento do médico, como um gesto de estabilizar uma determinada memória de sentidos para a cidade: a importância dada ao terreno cuja construção foi a moradia de Daveron, a doação deste mesmo espaço à Prefeitura, a realocação da Secretaria de Turismo e, por fim, o trabalho de museificação de alguns de seus pertences e a instalação de seu túmulo na entrada da propriedade, que, por um gesto de pertença com a terra, instala os sentidos de “estar dentro de”, de “fazer parte de”.

Os objetos dispostos no lugar marcam os modos como os sentidos foram se constituindo e se instalando na relação com o tempo, com os moradores, com o espaço da cidade e com as condições de produção do trabalho desenvolvido pelo pesquisador. A mobília específica exprime a relação que Daveron manteve com suas atividades, quais foram a de pesquisa, de registro e de coleta de dados e de material, que produziu, pois, sentidos para/sobre os sujeitos cacerenses.

Do lugar de dizer do sujeito-nacional, de onde que deriva, então, essa tentativa de preservação do olhar do outro sobre a terra e seus espaços de memória?

Como vemos pelas imagens apresentadas, o laço que une a história da cidade de Cáceres com a de Daveron é composto por uma museificação tanto de seus pertences e objetos pessoais quanto de sua residência.

Tomando em observação a coleção dos materiais mantidos e reunidos, é possível notarmos que essa relação se estreita ao considerarmos que Cáceres, singularizada por seus aspectos naturais (fauna e flora) próprios de sua configuração geográfica, representou para Daveron grande interesse pela possibilidade de desenvolvimento de

atividades de pesquisa e catalogação de espécies. Assim, esse grande interesse do pesquisador pela terra abriu-o à constituição-circulação de dizeres que o associaram, por relações de pertença, como a compra da chácara em que viveu, a longa estada/permanência de Daveron em Cáceres, sua relação próxima com alguns moradores, com a cidade.

Esse gesto de permanência de Daveron a terra preserva, arquiva uma memória, cuja relação-base, estrangeiro/morador local, nos redimensiona ao discurso de constituição do sujeito-nacional pelo olhar do outro. Assim, estes pertences, alocados em uma dada direção de sentidos, compõem uma memória arquivada, parte do arquivo de Daveron, mas também, e, sobretudo, metonimizam a relação história da qual o Brasil, remetido a Portugal, fez parte e a cidade reverbera.

Da relação Portugal/Brasil derivaram, como vimos no primeiro capítulo, relações de poder que determinaram/determinam a circulação de tais sentidos sobre o sujeito-nacional necessários à manutenção de Portugal como o condutor da história e dos feitos heroicos/de civilidade sobre/entre os sujeitos brasileiros. Essa representatividade do outro europeu, observada, muitas vezes, pelo reconhecimento de uma primazia científico-cultural, alocada em museus e em espaços de preservação da memória de arquivo no Brasil, sinaliza, pelo lugar de interpretação que a SICMATUR organiza sobre Daveron, um retorno do/ao mesmo espaço-tempo de constituição dos sentidos que costuram a relação colonizador/colonizado, que, nessa atualização, é travestida pela paráfrase estrangeiro/morador local.

Observamos, mais além, que algumas imagens nos disponibilizam marcas de como, nesse arquivo, há a presença do funcionamento de uma ausência-presença. O túmulo, por exemplo, materializa o gesto de pertença pelo funcionamento do ausente-presente, aos modos de um chapéu de Clémentis<sup>33</sup>, no qual o túmulo é a marca dessa presença-ausência, uma vez que marca o simulacro dessa relação de pertencimento: o túmulo funciona de modo a fazer estabilizar o imaginário de presença e de ligação do norte-americano com a terra cacerense, apagando, nessa medida, sentidos outros, os de capitalista, interessado na obtenção de lucros, o de biopirata etc.

---

<sup>33</sup> Na anedota sobre o Chapéu de Clémentis, extraída da obra de Kundera, Courtine fala a respeito da atualização da memória por um efeito de ausência/esquecimento. Na história, Kundera conta sobre uma fotografia feita no dia do discurso de Klement Gottwald, um dirigente comunista que usava, no evento, o chapéu de um amigo chamado Clémentis, que anos depois, foi enforcado por traição e, por isso, teve sua imagem apagada da referida foto. Courtine (1999, p. 16), ao problematizar a questão da memória discursiva, ou, como definiu, “o estatuto da memória no campo do discurso político”, analisa que o apagamento ou anulação de Clémentis, na foto, ainda que não representasse uma materialidade linguística, aparece como sendo da ordem do discurso, uma vez que era capaz de atualizar Clémentis, por um efeito de ausência-presença que o chapéu colocou em funcionamento.

Considerando que os utensílios preservados e expostos constituem-se como termos significantes, ainda que não linguísticos, mas organizados em uma cadeia no interior de um determinado arquivo, memória documental/institucionalizada, é possível observamos que o que tende a marcar Daveron como um pesquisador, aos modos do imperialismo-científico norte-americano, cujos interesses compreendem a exploração/coleta/extravio de recursos da fauna e da flora brasileiras, se apaga no/pelo modo como a própria prefeitura da cidade naturaliza e homogeneiza a relação de Daveron com Cáceres, na maneira mesma de representar essa memória arquivada, pela disposição dos objetos, pelo enaltecimento de seus (Daveron) feitos e pesquisas para/na cidade, construindo, assim, para o morador local, o acesso a um determinado gesto de leitura sobre o norte-americano.

Objetos como barcos, arreios, máquina de escrever e utensílios que definem, histórico-ideologicamente, a posição-sujeito pesquisador/cientista deixam de significar na região de sentidos que associam tais objetos à prática de exploração, de colonização científica, de biopirataria, e conduzem, pelo espaço de preservação-representatividade que a prefeitura da cidade organiza, a gestos de leitura que tendem a tomá-lo (Daveron) pelo viés da heroicização, do patrimônio.

Pelo discurso, a SICMATUR funciona como um espaço de não esquecimento, de eternização, de preservação de sentidos que mediam a relação da cidade e de seu morador local com Daveron, uma memória fecunda para a cidade: o pertencimento e a terra como algo *ad eterno*, visto que, simbolicamente, é naquelas terras que se mantêm os restos mortais do cientista.

Como é possível percebermos, a história da cidade guarda/preserva uma relação muito próxima com o que se conta sobre Daveron, marcada pelo gesto de reconhecimento e de preservação de um efeito-de-memória que o cientista acabou por produzir sobre a população.

Vejamos, assim, que a história pela qual o governo da cidade investe sua versão inscreve Daveron como uma *imagem-patrimônio*, cujos pertences e propriedades constituem-se como relíquias e legados históricos de muita importância para o desenvolvimento da cidade.

Este funcionamento é marcado no/pelo texto disponibilizado por uma descrição sobre Daveron, retirada do site da própria prefeitura da cidade:

Além de uma **viagem no tempo**, proporcionada por um casarão antigo cheio de **reliquias do Pesquisador Alexander Solon Daveron**, que está enterrado no jardim, também há alguns de seus equipamentos

utilizados em seu dia a dia, como barcos, arreo, máquina de escrever e outros [...] (Grifos nossos).

A relação entre o texto e o discurso se dá pelo modo como as palavras, as redes significantes, estabelecem o contato com a memória discursiva e com o inconsciente, nas sequências linguísticas que constituem a superfície textual. Assim, “viagem no tempo” e “reliquias” já apontam, nesta descrição, para vestígios de um funcionamento discursivo que determina os efeitos de sentido na/para caracterização de Daveron como um personagem ilustre.

Observamos que as expressões em destaque situam a formulação, pelo efeito texto/memória, no campo de um enaltecimento de um estrangeiro que é marcado, neste dizer, por um processo de heroicização. Vejamos, pois, que o gesto mesmo de reunir os pertences de Daveron em sua antiga propriedade e disponibilizá-los à visita deixa entrever os sentidos decorrentes do gesto de interpretação que o governo da cidade produz em relação à presença do norte-americano.

Trata-se de um dizer que se constituiu como autorizado e legitimado, posto que integra uma das páginas do *web site* da prefeitura da cidade e, logo, busca trazer informações aos que a visitam pela primeira, porém marcado pelo silenciamento promovido pelo *não-lugar* que a própria voz de Daveron assume em seus textos. A formulação acima coloca em funcionamento um discurso *sobre* resultante do que demanda a relação cidade/interpretação/Daveron, em que a cidade, neste caso, é representada por suas instituições e não pelas versões que os moradores locais fazem circular.

Na constituição de um discurso *do*, neste caso, de Daveron, compreendemos que o *não-lugar* deriva de um imaginário constituído pela ausência de um dizer de si que existe, mas que não se teve/tem acesso pelo caráter irrevelado, misterioso, das cartas deixadas pelo médico. O *não-lugar* o qual nos referimos não significa, porém, um anonimato, a inexistência de um dizer próprio, mas, se discursivamente pensado, são sentidos que não se sustentam pela ausência de uma legitimidade formal (tradução), e que abrem espaço para que outros se instalem, circulem e formem dizeres *sobre*. Este lugar, que atesta a existência da voz, mas que com ela não opera, configura uma forma de *presença-ausência* necessária para que outros sentidos (per)corram trajetos e versões.

Aproximamo-nos do que Freud (1919/1985), na obra “O Estranho”, descreveu como sendo a ambivalência do termo *unheimliche*, que indica algo assustador, que provoca medo e horror, mas que, ao mesmo tempo, carrega na sua significação o seu

oposto, *heimliche*, que diz respeito ao familiar, ao conhecido. Com esses opostos, Freud formula o entrelaçamento entre as experiências que despertam o sentimento de estranheza, inferindo nelas a natureza desconhecida do estranho, cuja categoria do assustador remete ao conhecido, ao já vivido, ao já apresentado como familiar.

Nesse movimento de aproximações, trazemos também a expressão espanhola “te extraño”, que significa “eu sinto a sua falta”, remetendo a uma presença-ausente, ou seja, a “presença” em ausência de algo familiar que não está mais presente, mas que faz falta. Então, em Freud, o “estranho” é aquilo que, permanecendo afastado, recalcado, oculto, insiste em se manifestar.

Esta relação da estranheza com a familiaridade, tal como formulada Freud, do funcionamento da presença-ausente que os utensílios de Daveron engendram, se articula com o que Pêcheux (1990, p. 8) observou acerca da existência/permanência, mostrando que esta está “[...] necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela [na língua] se inscreve a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além, e o invisível”.

Dessa forma, Pêcheux (*idem*), fala de um “alhures”, do “além” e do “invisível”, fazendo remissão às diversas modalidades de ausência/presença, na constituição dos sentidos, que se repetem/atualizam, nos/pelos termos significantes, ainda que de natureza não linguística, como os objetos preservados de Daveron, que se entrelaçam, se encadeiam, forjando uma evidência e a uma naturalização que a compreensão direta entre linguagem/história buscar estabilizar.

Trazemos duas SDs de uma matéria sobre Daveron que foi disponibilizada em um site da mídia local<sup>34</sup>, e assinada por uma professora membro do departamento de História da UNEMAT. Veremos, nos textos abaixo, como esse efeito de heroicização se apresenta com outras maneiras de metaforizar-se, isto é, se estende sob outras formas de combinação dos significantes da língua:

O local leva esse nome em razão de **um cidadão ilustre**, cuja história resumimos a seguir: O norte-americano Alexander Solon Daveron nasceu em Oakland, Califórnia no ano de 1899, formou-se em Medicina pela Universidade da Califórnia em 1922 e se especializou em Patologia. Veio para o Brasil como médico da Mato Grosso Expedition em 1930. Como não tinha herdeiros diretos (não se casou, nem teve filhos), e faleceu em 1987, sua propriedade, muito bem localizada, acabou sendo vendida por um sobrinho à Prefeitura, que ali instalou a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. (Grifos nossos).

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3638>. Acesso em 11 fev. 2019.

Daveron escolheu Cáceres para viver, e acabou tornando-se um personagem da história local, pois, além de empreender vários trabalhos científicos, realizou diversas viagens e **fez contatos com índios. E o fez sem perder o tino de cientista, registrando tudo em cartas e fotografias.** Fica difícil escrever a história de Cáceres neste século sem falar ou utilizar o arquivo “Daveron” Entre muitas idas e vindas aos Estados Unidos, cercadas de dificuldades, **houve também benefícios conseguidos por ele, pois, o interesse dos americanos em conhecer o Mato Grosso foi tanto que Daveron começou a pensar em construir um centro turístico no alto Paraguai.** Em 1951 discutiu o projeto com o Cônsul Sr. Adolpho Bezerra de Menezes, que o incentivou a levar tais planos à frente. Daveron voltou ao Brasil, e começou a importar equipamento para expedições de caça. Em 1951, Daveron voltou ao Brasil, pretendendo fazer fortuna como guia de expedições para americanos no Rio Paraguai. **Ele batalhou com as autoridades brasileiras para conseguir as devidas licenças de importação, conseguindo finalmente trazer bastante equipamento para Cáceres.** (Grifos nossos).

Ao formular, o sujeito coloca suas palavras na relação com o silêncio, com o que não se diz, por políticas de silenciamento específicas que vão desde a interdição necessária do dizer (censura) até pelo que se esquece, se deixa de lado, pela não relação com a memória discursiva.

Neste caso, vemos que o texto produzido sobre Daveron não é construído pela relação como a memória de um discurso *do*, posto estar ligado (o texto) ao não revelado da versão própria do autor. Não há, assim, um lugar de autoria – de Daveron – no discurso produzido pela cidade enquanto instituição, contudo, vemos que o que se produz como descrição sobre Daveron acaba por situá-lo na memória de um discurso *sobre* o Brasil: o discurso da colonização.

Essa intervenção da memória da colonização se dá, na SD acima, por algumas ancoragens que se instalam pela escuta de algumas práticas que foram registradas historicamente na/pela relação entre Portugal e Brasil. Assim, o dizer retoma as condições de produção dos primeiros textos informativos sobre o Brasil pela descrição do contato com o indígena e pela menção e referência aos registros oficiais, escrituras e formas de poder/controle local, pela carta e pela fotografia.

No silêncio de uma versão de si, vemos significar/repetir, do arquivo sobre a presença/permanência de viajantes estrangeiros em missão colonizadora na *terra brasilis*, um dizer que metaforiza seus interesses, dentre eles o de exploração de recursos naturais, e que se reveste de objetivos benéficas. Este efeito de heroicização, do qual a mídia local é também porta-voz, deriva, pois, da relação colonizador/colonizado em que ao primeiro

atribuiu-se, pelo modo como o curso da interpretação da história se deu, o protagonismo do desenvolvimento e dos avanços do Brasil.

Nas SDs acima, vemos que o imaginário também intervém na produção dos sentidos sobre o sujeito-leitor, haja vista que, ao escrever, o escritor coloca-se na posição de leitor do texto de modo a adiantar/assegurar/conduzir certos efeitos de interpretação. O enaltecimento e a heroicização de Daveron não se constituem como triviais, se considerarmos que o efeito-leitor deva se dar de modo a considerar a cidade de Cáceres como um dos locais privilegiados por ter recebido empreendimentos científicos importantes, tal como o de Daveron, que auxiliaram em seu desenvolvimento e avanço.

Esse adiantamento que o sujeito da consciência produz na formação do Eu (*Je*), tal como nos ensina Lacan (1998), relaciona-se com o que o autor espera que seja produzido, enquanto efeito, no outro (leitor). O autor, nessa compreensão, ao mesmo tempo em que escreve, constitui-se também no lugar da leitura/interpretação de seu próprio texto, buscando prever determinadas relações de sentido entre os termos significantes.

É, portanto, do arquivo que guarda a história de colonização do Brasil – territorial e científico-cultural – que Daveron se constituiu, no dizer institucionalmente autorizado, como um personagem ilustre e benéfico à população, devendo, portanto, ser reconhecido e ter parte de sua vida preservada.

As considerações que fizemos mostram como o dizer institucionalizado, portavoz do lugar de formulação da Prefeitura e da Universidade da cidade, inscreve Daveron no discurso da colonização, legitimado, historicamente, como mostramos nos capítulos anteriores, pelo exercício da soberania territorial e científica que a relação colonizador/colonizado, ou português/indígena, fundou e reverbera na/para a história do Brasil.

O lugar que Daveron ocupa nas SDs analisadas é afetado pela memória da colonização portuguesa, pois o redimensiona ao que Portugal, por meio de seus mediadores, caracterizou como sendo práticas singulares desenvolvidas no interior de suas expedições, legando, aos sujeitos-brasileiros, o direito ao reconhecimento dos benefícios e avanços que a metrópole representou para a então colônia.

Passamos, em seguida, à análise de SDs constituídas pelas versões/interpretações que os moradores locais tinham/têm em relação à permanência de Daveron em Cáceres.

### 3.2 Boatos e silêncios: as versões dos moradores locais

Na cidade, atentamos para a circulação de inúmeros outros conjuntos de dizeres, os quais denominamos boatos/burburinhos, que se alastram/alastraram, como dizeres supostos, não só pelo desconhecimento do legado de Daveron, mas também, e sobretudo, pela relação que os moradores estabeleceram com o trabalho e com permanência do cientista na cidade. Estes boatos, vozes urbanas, oriundos de impressões/opiniões de moradores que viveram contemporâneos ao norte-americano, funcionam, por sua vez, pelas/nas bordas do dizer tomado como oficializado, posto que colocam em circulação versões que este silencia, deixa de lado.

Segundo Orlandi (2013), os boatos, dizeres que não marcam uma determinada autoria, são representados linguisticamente pelos “diz-se-que”, os “disse-que-me-disse”, estruturados pelas margens do não-dito que indica, por sua vez, uma presença ausente (imaginária) de um já dito, sempre modificado pelos modos como os sujeitos vão repassando/reinterpretando um fato de linguagem. Os boatos, então, jogam com a possibilidade mesma de o sentido ser outro, dada à abertura do encadeamento significante no nível linguístico, e de a ideologia e a história afetarem os sujeitos de formas diferentes.

Os boatos, nessa direção, constituem-se como leituras produzidas exclusivamente no âmbito da oralidade, em que os textos orais se mostram como um lugar de variantes por excelência. O percurso da palavra, quando assumida como um boato, reduz-se ao burburinho, ao comentário, disperso e livre dos laços da consciência produzidos pelo registro escrito. Embora não legitimado, asseverado, o texto-boato produz sobre os sujeitos um efeito de verdade que se assegura, inconscientemente, na/pela relação com o não-dizer, com o silêncio.

Este fato equivale a dizer que a relação sujeito/história intervém na produção de versões outras para além da oficializada pela administração da cidade, pois os moradores puderam presenciar, senão fazer circular/repetir, o que Daveron representou/representa para a população local, sob outras formas, versões, boatos.

Distantes do propósito de retomar, cronologicamente, a vida e o percurso profissional de Daveron em Cáceres-MT, mas apenas de mostrar como se estruturam sobre ele determinados sentidos e versões, trazemos em seguida alguns textos produzidos por moradores de modo a colocar em visibilidade como a permanência do norte-americano reclama gestos de interpretação e estes, por sua vez, constroem as versões, os boatos e os processos de identificação para/pelos sujeitos-cacerenses.

Abaixo, elencamos uma sequência de SDs produzidas por moradores locais de Cáceres, em uma matéria específica sobre Daveron, retirada de um blog<sup>35</sup> que trata de assuntos e acontecimentos da cidade. A administradora do site foi convidada, pelos próprios usuários do site, a contar um pouco do que sabe sobre Daveron e abrir a discussão para que os participantes dessem sua opinião a respeito do assunto:

Durante muito tempo, ele se dividiu entre o Brasil e os EUA, tendo sido professor da Universidade de Stanford. Dedicou-se ao estudo de plantas nativas, como a poaia (ou ipecacuanha), e doenças, como a tripanossomíase equina. **Era um desbravador, um pesquisador, um aventureiro? Alguns dizem que era espião. O fato é que Daveron deixou um arquivo interessante (parte de posse da Sematur e parte do Nudheo da Unemat) e acabou se fixando numa chácara em Cáceres, onde vivia meio recluso, em companhia de poucos amigos.** (Grifos nossos)

Na SD acima, vemos que os questionamentos sobre a presença de Daveron – Era um desbravador, um pesquisador, um aventureiro? Alguns dizem que era espião – constroem um lugar de desresponsabilização, pela marca do “alguns dizem”, próprio da constituição do boato, e a constituição de um sujeito marcado por uma polêmica, um conflito de discursos sobre o norte-americano. Vejamos, desta maneira, que estes questionamentos funcionam como paráfrases do *não-lugar* que Daveron ocupa, ou seja, representam os deslizamentos de sentido derivados do caráter misterioso que o irrevelado das cartas e de seus documentos produz para os moradores da cidade, quanto à sua permanência em Cáceres-MT.

Estes deslizamentos de sentido se estendem para os comentários seguintes, tal como destacamos:

**É um lugar mágico, meio assustador (quando chove muito ou fica escuro)**, mas enquanto trabalhamos lá (a equipe da secretária Yêda Marli de Oliveira Assis) era um espaço fervilhante de ideias e trabalho em prol da valorização de Cáceres. (Grifos nossos).

**Um personagem meio misterioso, não é? No mínimo, instigante.** O que faz um americano, professor da Universidade de Stanford, se enfiar no coração do Brasil e ali viver até morrer? O que o motivava? Por que vivia sozinho? O que produziu enquanto viveu em Cáceres? **Dizem que** a vida de qualquer pessoa dá um livro. Acredito nisso. Mas algumas vidas parecem dar mais do que outras. E para mim a pergunta básica é sempre a mesma: o que motivava aquele ser humano? É a mais difícil de se responder. (Grifos nossos).

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://martha-caentrenos.blogspot.com/2012/01/do-meu-bau-3-daveron.html>. Acesso em: 15/10/2018.

Nestas sequências, vemos que as formulações em destaque reiteram o efeito de sentido que inscreve Daveron como misterioso, secreto e, até mesmo, fantasmagórico. É importante percebermos que, na SD acima, o sujeito reconhece, em seu dizer, como a cidade toma para si a história de Daveron, por meio da reserva de parte de sua vida, tanto pela UNEMAT, através do NUDHEO, quanto pela Secretaria de Turismo. Assim, embora essas instituições, que falam em nome de um dizer autorizado, disponibilizem uma versão tomada como única sobre o americano, este dizer não afeta os sujeitos-moradores de modo a conduzir seus gestos de interpretação ao interior do que os órgãos institucionais tomam como verdade sobre a vida de Daveron,

Nessa direção, perguntamo-nos: de que forma os sujeitos-moradores constituem leituras sobre Daveron em outros espaços de interpretação?

A cidade, tomada enquanto texto, linguagem, reclama aos sujeitos gestos de interpretação, ou seja, modos de inscrição na vida urbana, na sua história. Entretanto, essas formas de se inscrever no que a vida cidadina apresenta ao sujeito não se dá de maneira consciente e intencional, uma vez que, ao se inscrever nas diversas formas de textualização do urbano, o sujeito marca, necessariamente, sua relação com o já-dito, com a memória do dizer, fazendo regressar dele os sentidos constituídos historicamente.

Neste caso, vemos que silêncio e memória corroboram a produção das versões outras, haja vista que, no que se deixa de dizer, na abertura concedida à ausência, ao esquecimento, a memória se instala promovendo outras formas de inscrição do sujeito.

Remetendo os sujeitos-cacerenses às condições de produção e às suas formas de inscrição na história da cidade, percebemos que a oralidade esteve sempre muito presente na constituição dos sentidos das/sobre as lendas que (re)contam sobre Cáceres-MT. Trata-se de um sujeito extremamente marcado pela oralidade, pelo sotaque, pelas trocas fonéticas que caracterizam um falar peculiar e que distancia seu falante do registro escrito. Essa tendência à oralidade, de certa forma, favoreceu/favorece a produção de determinadas formas textuais que circulam, singularizam e colocam em visibilidade as maneiras pelas quais esse sujeito sofre os processos de identificação no espaço urbano.

Referimo-nos, mais precisamente, às lendas urbanas, definidas por Orlandi (2017, p. 32), como

[...] formulações que circulam, ou melhor, cujo funcionamento discursivo mais relevante está em sua circulação [...] tanto a lenda como o boato adquirem sentido e cumprem seu papel se circularem. E por colocarem em cena, precipuamente, o sujeito, em suas posições nem sempre coincidem consigo mesmo, trabalhando pela metáfora.

Em sua forma textual específica, a lenda urbana, tal como nos ensina a autora, é auxiliada por seu veículo de circulação, a oralidade, que, por sua vez, assevera a incompletude dos sentidos, deixa entrever os processos de identificação nos quais os sujeitos se inscrevem e mantêm em latência a necessidade de propagação do dizer. Compreender como as lendas funcionam fazendo circular em cada sujeito diferentes versões é, nessa direção, examinar como se dão os processos de repetição/substituição/(não) retomada de determinados fatos, pelo que cada sujeito interpreta/reinterpreta.

Historicamente, Cáceres foi formada pela circulação de inúmeras lendas urbanas que, até hoje, estão preservadas na memória discursiva da constituição da cidade. Dentre as diversas lendas existentes, produziu-se, durante o II Festival de Filmes sobre o Pantanal, o curta-metragem “Daveron, prazer em revê-lo”, em que um grupo de jovens universitários se reuniu para ouvir sobre a lenda do “Fantasma de Daveron”:



Imagem de abertura do curta-metragem

No filme, o grupo de jovens se reúne na praça central da cidade e um deles inicia a conversa perguntando aos companheiros sobre as lendas mais conhecidas de Cáceres. Em resposta, os demais começam a citar algumas lendas, tais como, a lenda da Água Milagrosa, usada para curar as feridas dos escravos durante a colonização do Brasil, a lenda do Minhocão, que reside preso amarrado por três fios de cabelo de Nossa Senhora, debaixo da Igreja matriz da cidade e a lenda da Figueira que, localizada ao lado do cemitério, foi plantada sobre os cadáveres de uma família.

Quando as principais lendas terminam de ser lembradas e resumidas, um dos integrantes do grupo convida os demais para visitar a casa de Daveron, atual SICMATUR, e contar-lhes a lenda sobre o pesquisador.



Imagem do grupo de amigos reunidos da praça central da cidade

Ao chegarem até a antiga propriedade de Daveron, um dos integrantes do grupo lê a biografia do norte-americano para os demais e começa a contar-lhes a lenda.

Na história contada, um grupo de turistas, ao visitar a cidade, dirige-se até a Secretaria de Turismo para obter informações sobre os principais passeios e locais históricos da cidade. Chegando lá, esse mesmo grupo recebe alguns guias informativos e percebe que o homem que lhes orientava no passeio pela cidade era o mesmo que estava presente no guia turístico. O grupo, assustado em perceber que se tratava de um fantasma, de Daveron, neste caso, deixa o casarão correndo e decide ir embora do local mal assombrado.

Quando os universitários deixam o local, despedindo-se de Daveron, o personagem aparece ao final do filme, incomodado pela presença dos visitantes, tal como presente na ilustração abaixo:



Aparição de Daveron, na porta de sua residência.

Vemos, na representação feita de Daveron no documentário, uma relação entre a memória discursiva e seus deslocamentos, pelo efeito de retomada/atualização que a releitura produz, com a fuga dos estudantes-visitantes. Pelo filme, Daveron aparece na porta de sua residência com vestimentas e chapéu típicos do sertanejo, do trabalhador campesino, rural, próprio de uma região interiorana mato-grossense, como Cáceres.

A vestimenta particular dada ao personagem, pelo sujeito-cacerense, coloca em visibilidade a forma pela qual o lugar de formulação está em contato com o poder-saber, do morador. Trata-se da interpretação que o cacerense constrói a partir da maneira pela qual a memória discursiva lhe afeta, intervindo em seu gesto de leitura. Esta memória/arquivo de que dispõe o habitante local opera, pela via do inconsciente, com a caracterização do personagem como um sujeito ligado ao rural, ao trabalho no campo.

Essa imagem nos mostra, ainda, uma entrada histórica aos sentidos instituídos sobre os brasileiros com o Projeto Marcha para o Oeste<sup>36</sup>, durante o governo de Getúlio Vargas, que consistiu em promover a integração do Centro-Oeste e Norte do Brasil com as regiões litorâneas, por meio do desenvolvimento populacional de ambas as regiões, e a “verdadeira brasilidade” essencial para livrar o Brasil dos “vícios estrangeiristas” que contaminavam as regiões litorâneas. Vargas via os estrangeiros como indivíduos subversivos, responsáveis, por exemplo, pela deflagração de greves trabalhistas no Brasil.

Concordamos com Orlandi, que, diante de um fato de linguagem como este – uma lenda – nos ensina que “[...] não é uma questão de mistério a se descortinar, é uma questão, para nós, de um processo de significação com sua relação com as condições em que se

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>. Acesso em 20 mai. 2019.

produz, incluindo aí tanto a situação como os sujeitos e a memória constitutiva”. Assim, de acordo com a autora, não temos a pretensão de investigar a veracidade das informações disponibilizadas nessa representação, mas de observar os processos discursivos que aí se produzem, com as formas pelas quais o sujeito-cacerense se inscreve no discurso sobre Daveron, ou seja, compreender a relação desse texto, dessa lenda, com a exterioridade, e a individuação do sujeito em seu processo de identificação.

Pela relação deste material – o curta-metragem – com os comentários trazidos acima, parece-nos possível, então, fazermos algumas considerações a respeito do modo de produção/circulação da lenda do fantasma do Daveron e dos deslizamentos de sentido na caracterização do americano com misterioso, mágico e fantasmagórico.

Consideramos o curta-metragem e os comentários realizados pelos moradores locais como textos que se dão no mesmo espaço linguístico, dado o assunto sobre o qual versam e pela relação que estabelecem ao colocarem em jogo termos significantes em comum: *misterioso, inquietante, assustador, amedrontador* etc.

Estas predicacões, que estão presentes tanto na lenda contada quanto nos comentários, colocam os sujeitos no nível da repetição, próprio do funcionamento da língua, de um arquivo de dizeres constituídos historicamente para se referir às personagens próprias de lendas urbanas.

Sob essa perspectiva, ao formular “**É um lugar mágico, meio assustador / Um personagem meio misterioso, não é?**”, o sujeito do comentário já se inscreve em uma posição discursiva dada, não prevendo a historicidade deste dizer, que faz repetir, da escrita do conto literário, os efeitos de sentido que são colocados em funcionamento nos comentários do blog. Assim, essa memória da escrita do conto retorna no dizer do morador cacerense por duas vias de materialização dos significantes inconscientes, sendo ela a *metáfora*, pela seleção das palavras – misterioso, assustador e mágico –, que o sujeito faz diante do arquivo da língua, e pela *metonímia*, na medida em que o sujeito faz a combinação, no nível sintático, dos elementos que seleciona com os demais termos linguísticos na formulação.

Distanciados do conceito pragmático-tradicional de *metáfora*, como uma palavra por outra, e de *metonímia*, como uma palavra que representa um todo de uma realidade, compreendemos estes dois conceitos teóricos como modos de funcionamento do inconsciente que, para Althusser (1984, p. 67), é “[...] condição absoluta de qualquer discurso”. Articular o discurso do inconsciente às manifestações da ordem da linguagem, fez com que Lacan (1998) operasse certos deslocamentos em relação à noção tradicional

destes dois termos, e os colocasse, assim, a serviço do inconsciente, cujas leis estamos sujeitos e permanentemente afetados.

Ao teorizar sobre os estágios de apropriação da criança pela linguagem, Lacan mostra que, embora o primeiro momento seja o do imaginário e o segundo momento o do simbólico, "[...] os dois momentos são dominados e marcados por uma única Lei, a do Simbólico [...] sob a própria forma da Ordem do significante, ou seja, sob a forma de uma Ordem formalmente idêntica à ordem da linguagem", conforme retoma Althusser (*idem*, p. 65).

Inicialmente em Freud, o deslocamento e a condensação<sup>37</sup> foram os termos utilizados para explicar o funcionamento onírico, mediados pela linguagem. Althusser (*idem*, p. 63) comenta que dessas duas formas de funcionamento resultam

[...] o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma se tornavam, como os elementos do próprio sonho: Significantes, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do "recalcamento", a cadeia do discurso verbal do sujeito humano. Com isso, éramos introduzidos ao paradoxo [...] de um discurso duplo e uno, inconsciente e verbal, só tendo como campo duplo um campo único sem nenhum além a não ser em si mesmo: o campo da "cadeia significante".

Lacan, ao redimensionar, no campo da linguagem, os termos cunhados por Freud, propõe uma relação estrita entre condensação e metáfora, enquanto funcionamento que deixa entrever, no sujeito, parte de seu material recalcado: o objeto. Pela metonímia, ligada ao deslocamento, certificamo-nos de que algo sempre falta ao/no sujeito, pois este está em função do desejo, que, da ordem do inconsciente, consiste em algo cuja natureza não se revela em sua totalidade, mas apenas por pistas, marcas, na estrutura significante, na língua.

Reintroduzindo estas duas noções ao campo da análise de discurso, Lagazzi (2013, p. 106) afirma que

[...] sendo elas definidas em função da cadeia significante, a metáfora nos faz pensar a alteridade e a metonímia afirma a falta constitutiva da cadeia significante. [...] tanto a metáfora quanto a metonímia nos fazem pensar a alteridade: a alteridade pela deriva na metáfora e a alteridade no encadeamento, pela metonímia. No entrelaçamento desses pontos, entendo que a irrupção, numa cadeia significante dada, de um significante vindo de uma outra cadeia, que é o que define a metáfora, só é possível porque a falta constitui a cadeia significante, que é o que caracteriza a metonímia.

<sup>37</sup> Nomeados de metonímia (combinação) e da metáfora (seleção), por Jakobson (1981), estes elementos linguísticos foram considerados os principais eixos da linguagem sem os quais “a atividade de comunicação” não se realizava.

Dessa maneira, compreendemos que, na cadeia significante, se entrelaçam e se complementam os funcionamentos da ordem da alteridade, pela metáfora, e aqueles relacionados à linearização da língua, por sua forma de realização oral ou escrita. Em termos discursivos, podemos dizer que a alteridade, a metáfora, está para a memória discursiva assim como a metonímia, pela impossibilidade de tudo dizer, está para o eixo da formulação, do encadeamento dos termos significantes.

A autora continua sua reflexão dizendo que

[...] é porque o recalque é constitutivo do sentido que a falta é função essencial no interior da cadeia significante. Tomando a cadeia significante como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia estarão sempre juntas, em determinação mútua, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituindo em processos sempre em concomitância na realização da linguagem, a linguagem se produzindo no cruzamento desses processos (2013, p. 106).

Diante do que compreendemos com a autora, afirmamos que, na tentativa de definir Daveron, os moradores da cidade se constituem em um processo marcado por um reconhecimento que se dá no desconhecimento (do desejo), ou seja, trata-se de um desconhecimento travestido de familiar, de cotidiano, mas que, na verdade, está relacionado a um não revelado, a um estranho, a um inacessível, visto ser da ordem do inconsciente.

Nos registros sobre Daveron, metáfora e metonímia definem como a língua escrita entra em um jogo de seleção, de substituição e de troca de termos que os sujeitos-moradores utilizam para defini-lo, pela falta ou insistência de determinados sentidos recalcados no inconsciente. Assim, ao formular, o sujeito descentrado é afetado pela tentativa de recuperar o sentido recalcado, pela metáfora, e pela captura do desejo que escapa às formulações no eixo linguístico, pela combinação das palavras, no nível metonímico.

Assim como nos comentários do blog, que retomam uma memória de escrita literária, o curta-metragem também formula as condições de produção de uma narrativa misteriosa, pois, como vimos nas imagens, o cenário em que as personagens se relacionam, os efeitos de iluminação e o enredo da representação fazem retornar sentidos à cena discursiva, pela historicidade do dizer e pelas condições de produção, que caracteriza o conto literário.

Dizemos, então, que o sentido que insiste na cadeia significante, na sequência linguística da versão sobre Daveron em destaque, pois revela a combinação espirituosa e engenhosa do inconsciente que acessou, da narrativa literária, a relação dos termos que, historicamente, definem o desconhecido como misterioso, mágico, assustador.

Retomando a questão do silêncio na instalação das versões outras sobre Daveron, observamos que o *não-lugar*, a presença-ausência que Daveron constituiu enquanto discurso do, conforme mostramos acima, é ocupada pela relação com a memória discursiva sobre a narrativa literária fantástica. Dito de outra forma, para que a memória sobre a escrita do conto intervenha na cadeia significante produzida pela formulação dos moradores locais, foi preciso que o efeito de heroicização, o mesmo que colocou Daveron como *imagem-patrimônio* da cidade, deixasse de significar.

É possível compreendermos, sob essa perspectiva, como a língua funciona por metáfora e por metonímia e que a cadeia significante, isto é, o nível da formulação, é o espaço em que o sujeito se exhibe ao inconsciente ao mesmo tempo em que se esconde na linguagem que produz. Assim, ao escrever, o sujeito busca apagar o Outro, compreendido, neste caso, como a forma escrita da narrativa literária, que o habita pela produção da metáfora, mas que se revela pela repetição/retomada das redes significantes.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o que estrutura as versões postas em circulação pelos moradores-cacerenses sobre Daveron é uma memória discursiva que o toma pela relação com o desconhecido, com o misterioso, visto ser uma personagem enigmática, própria das narrativas literárias, cujas origens e objetivos não se definem ou se revelam.

É igualmente importante pontuarmos que essa versão se sustenta na tentativa de atender à demanda posta pelo social, ou seja, de elaborar um dizer sobre a permanência de Daveron, visto que, diante de qualquer fato de linguagem o sujeito é levado a interpretar. Essa injunção à interpretação, no entanto, acontece mediada pelo inconsciente, e o sujeito, por sua vez, não pode se furtar a ele.

A versão do sujeito-morador se instala pela falta do significado que não lhe afeta, que não lhe constituiu, que não diz de si. Ou seja, o fato de os jovens universitários lerem a biografia de Daveron, mostrando sobre ela desconhecimento marca uma não constituição, pelos habitantes locais, da versão tomada como a oficial.

O trajeto que construímos acerca da formação dos discursos da colonização, tanto territorial-religiosa quanto científica-cultural, e seus mecanismos de controle-conversão, ao longo dos capítulos anteriores, foi necessário para que pudéssemos melhor compreender o lugar de onde derivam os sentidos que atam a relação entre a cidade e

Daveron, em virtude do gesto de heroicização e de preservação por uma memória institucional, arquivada. Os sentidos de pertença que Cáceres atribui a Daveron, devendo, portanto, reconhecê-lo, e preservar/honrar seus feitos, vem da relação colonizador-colonizado, historicamente instituída, que se desdobra em paráfrases que metonimizam a mesma relação, mas reconfiguradas como *estrangeiro/local, outro/mesmo*.

O sujeito se metaforiza em redes de significantes, se metonimiza em objetos e utensílios, na cadência da língua, em uma constante busca por despistar os sentidos outros. Assim como a ideologia, o inconsciente e as condições de produção do dizer historicizado, como no caso do conto literário, tendem a apagar-se/revelar-se na língua, por combinações e repetições específicas de termos linguísticos. É preciso, pois, colocarmos em visibilidade de que forma essas repetições/combinações, como sintomas, falam da/com a memória discursiva, ou seja, o arquivo da língua, para só então compreendermos como sujeitos e sentidos se (des)estruturam na linguagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constante retorno ao início dos percursos, dos trajetos, dos caminhos, constrói o lugar teórico pelo qual o analista de discurso olha para o funcionamento da língua(gem). Ao longo deste trabalho, foi deste campo de reflexão linguística que buscamos compreender, senão melhor visibilizar, os espaços discursivos em que são produzidas determinadas leituras, interpretações e (re)estruturações dos sentidos, para/por sujeitos. Em outras palavras, foi nosso objetivo mostrar que os sentidos não se constituem como resultados, como consequências finais, mas pertencem aos trajetos, às trilhas, de sua própria produção-circulação.

Desde que começamos nosso questionamento sobre os modos de funcionamento do discurso, elegemos Cáceres, em Mato Grosso, para observarmos a relação dos sujeitos, indígenas e itinerantes (viajantes), com a história e com os espaços de significação da cidade, de modo a compreender e a interrogar os sentidos e os gestos de interpretação que aí se estruturam nas diversas relações entre sujeito e texto, sob a forma de poemas, lendas urbanas, relatos de viagem, boatos e documentos jurídico-administrativos.

Temos observado, nesse empreendimento teórico, que as versões produzidas na/para essa cidade jogam e instalam formas de pertença sobre/para os sujeitos, determinadas pela história e pela relação com a memória dos sentidos. Dito de outro modo, as versões que vemos/ouvimos circular sobre os fatos de linguagem (lendas, história, construções etc.), na cidade, se marcam pela relação que cada sujeito-cacerense estrutura com a memória discursiva e com o arquivo da língua. O arquivo da língua, por sua vez, sendo da ordem da metonímia (substituição), mostra como o gesto de interpretação de cada sujeito é histórico, pré-construído, e afetado pelo inconsciente.

Nesse entendimento, e diante da tentativa de melhor compreender de que maneira se instalaram/instalam dizeres sobre o médico-patologista Alexander Solon Daveron, tivemos o propósito, nesta dissertação, de interrogar os sentidos constituídos sobre a presença/permanência deste norte-americano na cidade, a fim de examinar as condições de produção e o percurso tanto das versões sobre ele criadas quanto da escrita dos documentos (ofícios, cartas pessoais, memorandos etc.) derivados da Expedição a qual esteve ligado.

A imagem de Daveron, em Cáceres, esteve/está associada a diferentes versões e lendas urbanas produzidas tanto pelos moradores, que repetem as impressões dos que o conheceram, quanto pelo próprio governo e pela universidade da cidade. Estas versões

não foram construídas de modo aleatório e consciente, contudo, ocupam os mais diversos espaços linguísticos, tanto pela escrita, em jornais locais e em sites que apresentam/descrevem a cidade, quanto pela oralidade, por meio de boatos e burburinhos, produzindo efeitos de verdade e de legitimidade.

Estas vozes urbanas surgiram/surgem como formas de inscrição, de pertencimento, do sujeito-cacerense no espaço urbano, mediados pela história e pela linguagem. No espaço citadino, demanda-se a produção necessária de gestos de interpretação, que, neste caso, marcaram/marcam uma interrogação quanto à presença/permanência de Daveron. Interessou-nos, portanto, compreender como essas interpretações representaram injunções dos sujeitos ao linguístico-histórico e à memória discursiva.

Para compreendermos estas questões, estruturamos esta pesquisa em três capítulos.

Nosso ponto de partida foi o cenário linguístico-histórico ensejado pela colonização portuguesa no Brasil, do qual derivaram diversas políticas de silenciamento, de interdição e de conversão das línguas indígenas no espaço da colônia. Compreendemos que essas políticas linguísticas, conforme mostramos no capítulo I, funcionaram em nome de um discurso *sobre* o Brasil, que foi responsável por (re)inventar sentidos para os sujeitos-brasileiros de modo que a interpretação da história se desse dentro dos interesses e objetivos dos governantes portugueses. Este retorno ao discurso da colonização, ao discurso *sobre* o Brasil, foi necessário para compreendermos como foram legitimados, pela relação colonizador/colonizado, estrangeiro/habitante local, sentidos específicos sobre os sujeitos e a língua nacionais.

No segundo capítulo, demos visibilidade às condições de produção das expedições científicas e culturais dos séculos XIX e XX, elencando alguns dos mais importantes viajantes e artistas que delas fizeram parte, bem como mostramos as características e modos de funcionamento do discurso naturalista.

Ao terceiro capítulo reservamos as análises do corpus principal da pesquisa, constituído por textos produzidos sobre Daveron a respeito de sua permanência em Cáceres.

Nossas reflexões colocaram os diversos dizeres, *sobre* o pesquisador, em uma constante remissão à memória discursiva e às condições de produção destes textos, permitindo-nos colocar em visibilidade diferentes ordens de discurso que não se apresentaram na ilusão do conteúdo. Assim, nos textos analisados sobre Daveron,

observamos que as diversas versões construídas mantêm relações distintas com o arquivo da língua e, conseqüentemente, com a memória de sentidos.

A versão que Cáceres – enquanto instituição – construiu sobre Daveron inscreve-o na memória do discurso que mantém atada a relação colonizador/colonizado, ou seja, ao descrever os trabalhos realizados pelo norte-americano na cidade, vemos funcionar um processo de heroicização que repete, do discurso *sobre* o Brasil, a forma de pertencimento que os colonizadores e os colonizados assumiram na história nacional.

As falas e as cenas – retiradas do curta-metragem – que trouxemos para representar as versões dos moradores locais sobre Daveron, bem como as descrições do *blog*, nos permitiram compreender que os sujeitos se inscrevem/constituem em versões pela possibilidade que o dizer tem de funcionar pela via do silêncio, pelo que se deixa de dizer, e pela metáfora, na medida em que as diferentes interpretações nascem do não lugar, legitimado pelo até então irrevelado das cartas, pelo escondido, pelo suposto.

Em suma, este trabalho colocou-nos em contato com os mecanismos pelos quais o silêncio e a metáfora operam, por meio de palavras entrecortadas, de versões desencontradas que funcionam pela ausência de sentidos outros, de burburinhos e de boatos que circulam como sons e ruídos anônimos, espalhando notícias, lendas e mistérios. Na relação sujeito/texto – oral ou escrito –, as palavras se decidem em percursos oficiais ou não legitimados segundo o modo como a memória discursiva intervém nos dizeres, determinado a (des)orientação dos sentidos.

É pelo modo como o silêncio joga na incerteza dos sentidos, que o sujeito se revela/despista pelo gesto de interpretação que produz, marcando-se pela necessidade de estabelecer início, meio e fim dos fatos, de suas causas e conseqüências, nas versões que estrutura para se sentir unidade, completo, uno.

## REFERÊNCIAS

BACELAR, J. **Primeiras Missas do Brasil**. Disponível em: <http://www.historia-bahia.com/primeiras-missas.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/descobrimento/carta-caminha.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Os Jesuítas**. Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/colonia/jesuitas.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

BORGES, Águeda Aparecida Cruz. **Língua e memória**: efeitos de sentido na manutenção da cultura. Revista ECOS, v. 12, n. 1, 2015.

BUSCÁCIO, Livia L. B. **Mario de Andrade**, um arquivo de saberes sobre a língua no/do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal Fluminense: Instituto de Letras, 2014.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso de constituição da fronteira. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Campinas-SP: UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

COURTINE, J. J. “O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. In: INDURKY, Freda. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, Editora RG, 2 ed., 2010.

**Expedições Artísticas e Científicas do Século XIX**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3783/expedicoes-artisticas-e-cientificas-do-seculo-xix>. Acesso em 20 out. 2018.

FETZ, Marcelo. “Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural”. **Cadernos do Campo**, n. 14 e 15, 2012, p. 39-54.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**; Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**: ALP. Editora da UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo. “A Língua Portuguesa no Brasil”. **Ciência e Cultura**, 57, n. 2, São Paulo: SBPC, p. 24-28, 2005.

JAKOBSON, R. “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”. In: **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1981.

LACAN, L. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In: J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, em 1998.

LAGAZZI, Suzy. “A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia”. **REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 2, n. 1, p. 104-110, 2013.

MARIANI, Bethania. “Políticas de Colonização Lingüística.” In: **Letras** 27, 2003: 73-82.

\_\_\_\_\_. **Colonização linguística**; Brasil (séculos XVI a XVIII) e estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes Editores, 2004. 187 p.

NUNES, J. H. **A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários**. Dissertação (Mestrado em Linguística). IEL/UNICAMP: Campinas-SP, 1982.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. “Análise de Discurso”. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. “Processo de descolonização linguística e ‘Lusofonia’”. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, nº 19/Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Cortez Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (Org.). “Apresentação”. In: **História das Ideias Linguísticas**. Cáceres: Unemat Editora, 2001.

PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua**: imigração e nacionalidade. Tese de doutorado. Campina, SP: UNICAMP, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988 [1975].

\_\_\_\_\_. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura** - Da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988 [1975].

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura** - Da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. “Análise Automática do Discurso (AAD – 69)”. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PFEIFFER, C. R. C. **Bem Dizer e Retórica**: um Lugar para o Sujeito. Tese (Doutorado em Linguística). IEL/Campinas/SP, 2000.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da Alfabetização no Brasil**: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugares de enunciação e discurso”. **Leitura–Análise do Discurso. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística**, v. 23, p. 15-24, 1999.